



N.º 21

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO / DO MANDATO 2021/2025.

1 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta
2 minutos, no Palácio de D. Manuel, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a
3 seguinte **Ordem do Dia**:

4 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

5 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

6 a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

7 b) Proposta de aprovação da Ata número 18 da sessão ordinária de 17 de fevereiro
8 de 2024.

9 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

10 Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta o seguinte
11 ponto:

12 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
13 como a situação financeira do mesmo - Para conhecimento.**

14 **2. Alteração à Estratégia Local de Habitação de Évora 2020/2026 |
15 Desenvolvimento de Novas Soluções Habitacionais 2024/2029.**

16 **3. Edital do Programa Casa Caiada | Centro Histórico e Bairro da
17 Malagueira.**

18 **4. Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de
19 Direção Intermédia de 3º Grau | Coordenador da Unidade de
20 Planeamento, Auditoria e Modernização.**

21 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

22 O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão, cumprimentando o senhor
23 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
24 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.

25 Estiveram presentes os membros da Mesa:

26 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

- 1 **1º Secretário - Luís Carlos Fialho Pardal**
2 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais
4 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:
5 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
6 - Maria Clara Canotilho Grácio
7 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
8 - José Maria Rodrigues Figueira
9 - João Francisco Baetas Rebocho Simas (em substituição de Gertrudes da Conceição
10 Gomes Pastor)
11 - António João Tonaco Gavela
12 - Isidro José de Oliveira Lobo
13 - Vasco Rafael Riço Casbarra (em substituição de Joaquim António Filipe Pimpão)
14 - Bruno Manuel dos Santos Martins
15 - José Vitorino Piteira
16 - David Miguel Mirrado Lopes
17 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
18 - João Manuel Banha Correia (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
19 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
20 - Natanael José Carvalho da Vinha
21 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
22 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
23 - Bernarda Julieta da Noite Cota
24 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
25 - Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (em substituição de Ana Beatriz Mayorga Perez
26 Cardoso)
27 - Redolfo Constantino Pereira
28 - Paula Cristina Nobre de Deus
29 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
30 - Mário Augusto Bragado Monginho (em substituição de Ananias Delfim Courelas
31 Quintano)
32 - José Carlos Garcia dos Santos (em substituição de Ana Raquel Simões de Abreu
33 Taboleiros)
34 - Francisco Manuel Branco de Brito
35 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
36 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Luís Maria Nunes dos Santos)
37 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
38
39 **Ausente:**
40 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
41
42 A Câmara Municipal fez-se representar por:
43 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
44 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim- Sim
45 - Alexandre Manuel Rosa Varela
46 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
47 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão
48 Calixto)
49 - Patrícia José Correia Raposinho
50

1 **Ausente:**

2 - Florbela da Luz Descalço Fernandes

3 4 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
7 e questionou se alguém pretendia intervir, tendo-se verificado os seguintes pedidos.

8
9 A Múncipe Ana Barbosa começou por informar que estava em representação dela própria
10 e de um conjunto de múnicipes e empresários muito preocupados com o, eventual ou real,
11 desenvolvimento de 2 grandes projetos de construção de centrais fotovoltaicas na
12 Freguesia da Graça do Divor, que no seu conjunto somariam cerca de 800 hectares, e
13 perguntou se a Assembleia Municipal estava a par daquele projeto, porque ele tinha
14 estado em consulta pública no ano passado.

15 Tendo sido esclarecida do desconhecimento da Assembleia Municipal informou que a
16 Universidade de Évora, a Entidade Regional de Turismo, a Agência Regional de
17 Promoção Turística e grande parte dos cidadãos também não tinha conhecimento do que
18 se estava a preparar.

19 Realçou que, felizmente, a Câmara Municipal de Évora tinha dado um parecer
20 desfavorável, do ponto de vista ambiental, mas não sabia até que ponto poderia, sozinha,
21 fazer alguma coisa, que também um conjunto de moradores tinha dado um parecer
22 negativo na consulta pública e o Turismo de Portugal IP que, embora não tivesse
23 consultado ninguém da região, também tinha dado um parecer negativo aos 2 projetos,
24 um da empresa HYPERION Évora, que estava na fase de estudo prévio e outro da
25 empresa INCOGNITWORLD 3, que estava na fase de projeto de execução e que tinha
26 vários projetos no Alentejo.

27 Manifestou a sua preocupação como múnicipes e apelou que todos os membros da
28 Assembleia Municipal se informassem e apoiassem o movimento de cidadãos que estava
29 a ser criado e uma plataforma para o apoio de todas as pessoas preocupadas e que
30 pretendessem impugnar a possibilidade da realização daqueles projetos, com a dimensão
31 que tinham e no local onde estavam, embora estivessem absolutamente a favor das
32 energias renováveis, seria com peso e medida naqueles locais, na Graça do Divor.

33 Referiu ter estado a ler, outra vez, o relatório da Comissão Ambiental que acabou por dar
34 parecer favorável que considerou extraordinário, porque nunca tinha visto um parecer a
35 expor coisas tão negativas, mas depois dizerem que sim, e, por exemplo, do ponto de vista
36 da paisagem estava dito e era perfeitamente claro que iria artificializar toda aquela
37 paisagem por um muito longo prazo, porque irá ser por 30 anos, e depois dali a 30 anos
38 talvez pudesse vir a ser outra vez recuperado.

39 Realçou que era também uma questão patrimonial, como o modo de vida da população
40 daqueles bairros, que era uma zona especialmente bonita do concelho de Évora, como as
41 infraestruturas de lazer da Cidade, que foram patrocinadas pela Câmara Municipal de
42 Évora, a Ecopista e o percurso do Aqueduto da Água da Prata e agora a Évora 27 e depois
43 estragarem aquele tipo de infraestruturas fantásticas.

44 Reforçou que o bem precioso, que era a paisagem, era fundamental para a qualidade de
45 vida das pessoas, e também do Turismo, portanto tinha de se compatibilizar a necessidade
46 da transição energética com a defesa daquilo que eram os bens essenciais do Alentejo.

47
48 O Múncipe Luís Valério referiu ser eborense, nascido, criado e morador no Bairro de
49 Santa Maria e questionou quais eram os procedimentos necessários para que a Câmara
50 Municipal resolvesse as situações dos prédios nos números 30, 32, 34 e 36 da Rua

1 Principal de Santa Maria, identificadas há anos e em risco de derrocada para a via pública,
2 tendo esta situação já sido comunicada à Proteção Civil.
3 Relembrou a situação passada há 3 meses com uma derrocada que se ouviu no interior
4 daqueles prédios e que fez com que as paredes principais se descolassem, tendo a Câmara
5 Municipal interditado a circulação no próprio dia, mas que entretanto já foi esquecida
6 porque os moradores estavam sem estacionamento e sem acesso aos caixotes do lixo
7 desde aquela data e as baias estavam constantemente a ser deslocadas, portanto,
8 perguntou ao senhor Presidente da Câmara de quem era a responsabilidade e quem
9 assumiria as consequências, quando alguma casa caísse e alguém se magoasse, e o que
10 esperava a Câmara Municipal para assumir aquela situação em vez do atual proprietário.

11
12 **O Presidente da Câmara** relativamente ao parque fotovoltaico da Graça do Divor,
13 informou que aquela questão tinha sido abordada na última reunião de Câmara e que a
14 Câmara estava solidária com os moradores.

15
16 Transmitiu que aquela era uma situação que já tinha muitos anos, mas que se tinha vindo
17 a complicar ultimamente, que já há uns anos tinha havido uma primeira fase de concurso,
18 para parques fotovoltaicos e que, nessa altura, apareceram propostas e pedidos de
19 informação prévia na Câmara, em que começaram por dar parecer favorável a 1 ou 2
20 projetos, mas depois perceberam que a questão não era 1 ou 2 parques, mas eram dezenas
21 de parques que ocupariam milhares de hectares à volta da cidade e na zona do concelho,
22 pelo que, logo naquela altura, tinha efetuado um despacho a suspender os pareceres
23 prévios até conseguirem perceber qual seria a implantação daqueles parques, no território
24 e na paisagem alentejana, mas felizmente depois reduziu-se significativamente e ficaram
25 apenas um ou dois parques, que estavam já em funcionamento regularmente, mas de
26 acordo com aquilo que era a dinâmica daquela área, têm voltado.

27
28 Confirmou que a Graça do Divor era “apetitosa” porque a EDP tinha naquela zona uma
29 subestação que podia recolher a energia produzida e, para além daqueles dois projetos,
30 admitia que outros pudessem aparecer com intenções naquela zona, porque obviamente
31 quanto mais perto estivessem da subestação mais barata seria a transmissão da energia,
32 que, de facto, era uma zona sensível do ponto de vista ambiental e do ponto de vista
33 turístico, em que a Câmara não licencia os processos, mas podia dar os pareceres
34 relativamente aos Planos de Ordenamento, como foi o caso de um dos processos que não
35 respeitava o Plano Diretor Municipal, razão pela qual lhe foi dado parecer desfavorável.
36 Também, o Turismo de Portugal, dizia que haveria danos irreversíveis para o Turismo
37 naquela zona e, ainda assim, teve o parecer para o projeto avançar. Informou que, em
38 relação à obra, ainda nada tinha dado entrada na Câmara, mas que mais cedo ou mais
39 tarde certamente entraria, tendo comunicado aos moradores que estavam em consonância.

40
41 Realçou que a questão não era estarem contra a fotovoltaica era encontrarem as zonas
42 adequadas para os parques fotovoltaicos e não zonas que afetassem a paisagem alentejana,
43 de uma forma muito significativa, e que naquele caso não afetavam só a paisagem, mas
44 afetavam também o investimento turístico, tendo sido reconhecido pelo Turismo de
45 Portugal, pelo que informou que, na próxima reunião de Câmara, iriam tomar uma
46 posição mais forte sobre aquela matéria e que estavam a tentar contactar as empresas
47 responsáveis porque não tinham as plantas que diziam exatamente onde é que queriam
48 colocar os painéis fotovoltaicos. Acrescentou não serem fáceis de contactar porque,
49 habitualmente, eram empresas unipessoais que representam os investidores da área

1 económica, e reafirmou que estavam solitários com os moradores e que deviam travar
2 aquela situação, encontrando eventuais alternativas para a colocação dos painéis.

3
4 Relativamente à segunda questão, **o senhor Presidente da Câmara** disse que era um
5 problema grave que tinham no concelho, e que o Município só podia fazer o que foi feito,
6 porque, para poderem entrar nos prédios, precisavam de autorizações, do ponto de vista
7 judicial, tratando-se de um processo algo complicado, que tinha de ser posto em marcha,
8 para o Município tomar a posse administrativa do prédio e intervir, mas não têm um
9 prédio, têm dezenas de prédios naquelas situações, e a orientação era para desencadear
10 o processo, de forma a tomarem posse administrativa do prédio e poderem intervir
11 naqueles em risco, porque só nesses, nos que ameacem a via pública ou em casos de
12 insalubridade podem intervir, mas se o prédio ameaçasse ruir internamente já não podiam
13 intervir.

14
15 Referiu que, naquele caso concreto, não conseguia dizer exatamente como estava a
16 situação, mas que iria verificar o processo, que certamente estava em andamento, para
17 que pudessem tomar posse administrativa assim que fosse possível, mas que,
18 infelizmente, não era um processo rápido, habitualmente era um processo lento, que
19 percebia a preocupação dos moradores porque obviamente aqueles prédios danificavam
20 prédios vizinhos, sendo clara a responsabilidade dos proprietários, mas, em muitos casos,
21 os proprietários também eram difíceis de identificar porque geralmente eram os herdeiros,
22 sendo que, quando são identificados e notificados, se não intervierem podem argumentar
23 a desobediência, relativamente àquilo que era colocado, mas mantinha-se a questão da
24 intervenção na via pública.

25
26 A Munícipe Ana Barbosa perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se, na
27 sequência da sua exposição, poderia fornecer informação a todos os deputados da
28 Assembleia e se esta poderia vir a tomar alguma posição sobre aquela matéria.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ponderar a situação e disse
31 que tinha tido a ocasião de folhear o dossier, verificando que a instalação dos parques
32 fotovoltaicos obrigaria ao arranque de áreas de sobreiros e azinheiras, que não estavam
33 quantificadas, que não se sabia ao certo quantas árvores iriam ser sacrificadas, mas havia
34 uma questão que se sobrepunha, o facto de a União Europeia ter aprovado, muito
35 recentemente e em definitivo, a Lei do Restauro da Natureza com o voto favorável do
36 Governo Português, na pessoa da senhora Ministra do Ambiente.

37 Referiu que aquela Lei do Restauro da Natureza iria obrigar o Governo Português a
38 definir as grandes zonas que iriam merecer o restauro, com financiamentos para aquele
39 efeito, mas que, naquele momento, não eram conhecidas as zonas de intervenção,
40 portanto, considerou que era precoce comprometerem áreas de terreno com outros fins,
41 sem se saber se aquelas áreas iriam ser objeto de projetos de restauro, ou não, e que, na
42 sua opinião, haveria que travar o processo e atrasá-lo até que houvesse alguma
43 clarificação sobre a política de Restauro da Natureza.

44 Assinalou que o Alentejo iria ser, seguramente, um dos grandes alvos daquele projeto de
45 restauro; que até 2030 tinha que restaurar uma grande percentagem do território
46 degradado e, portanto, era absolutamente prematuro sacrificarem e ou inviabilizarem
47 algumas áreas que pudessem vir a ser objeto de restauro, condicionando-as, desde já, a
48 um outro uso, que não fosse o uso agrícola.

1 **O deputado Francisco Brito** começou por saudar os moradores não só em relação àquele
2 tema dos parques fotovoltaicos e pela atitude de irem à reunião da Assembleia Municipal
3 expor aquele problema, como também pela atitude cívica que estavam a ter para que
4 aquele processo não decorresse da forma que estava desenhado, porque a planta a que
5 tinha tido acesso propunha a implantação de vários hectares de painéis fotovoltaicos, que
6 iria cercar por completo duas povoações, parte do Bairro dos Canaviais e a população da
7 Graça do Divor, e considerou que não era minimamente admissível porque todos queriam
8 uma transição energética inteligente, todos defendiam, ou pelo menos a maior parte
9 garantidamente defendia, a energia proveniente de fontes renováveis, mas a verdade era
10 que não podiam impactar daquela forma as populações, e perguntou ao senhor Presidente
11 da Câmara se tinha contactado o Governo sobre aquela temática.

12
13 **O deputado Mário Monginho**, em relação ao caso de Santa Maria e Fontanas, informou
14 que a União das Freguesias de Malagueira e Horta Figueiras estava sensível e, sobretudo,
15 preocupada com aquela situação na Rua Principal de Santa Maria, que já tinha
16 referenciado à Câmara aquela situação, de um prédio que estava em perigo de ruir para a
17 estrada principal.

18
19 **A deputada Paula de Deus**, sobre a situação colocada pela Múncipe Ana Barbosa, disse
20 que era um problema que, de facto, deveria ser objeto de uma tomada de posição
21 consensual e forte, por parte da Assembleia Municipal de Évora, porque o assunto não
22 tinha sido ainda apresentado, naquela Assembleia Municipal, e informou que os
23 vereadores do Partido Socialista, em reunião da Câmara Municipal, também deram
24 parecer negativo relativamente àquele investimento ou àquele intenção de investimento
25 e, portanto, essa era a perspetiva da bancada do Partido Socialista.

26 Referiu que o senhor Presidente da Assembleia, como primeiro eleito daquela bancada,
27 com toda a propriedade, tinha explicado as questões que se colocavam, nomeadamente
28 com a recente lei aprovada pela União Europeia, que nem tudo o que era legal era bom
29 para as pessoas, para as comunidades e para o desenvolvimento da região, e que não
30 estavam em causa apenas aquelas duas freguesias, mas também o desenvolvimento do
31 Alentejo e uma visão para o mesmo porque, como tinham dito o senhor Presidente da
32 Assembleia e o senhor Presidente da Câmara, atrás daqueles outros viriam. Havia, de
33 facto, ali um conflito entre aquilo que seriam os ganhos das energias renováveis e os
34 ganhos no desenvolvimento da região, mas considerou que, para eles, não haveria conflito
35 na medida em que tinha que haver equilíbrio e que era com a inteligência, mas sobretudo
36 com a visão para o Alentejo como região que deviam ter para dali a 20 ou 30 anos,
37 devendo tomar uma posição firme.

38 Relativamente à conservação como único espelho do Alentejo, o Alqueva, expôs que o
39 único espelho que queriam era o grande Lago do Alqueva, não queriam um grande lago
40 ou um grande espelho com base em painéis fotovoltaicos como imagem de marca, porque
41 a imagem de marca tinha de ser a do grande espelho do Lago da Alqueva e disse que a
42 posição que assumiam era refletir e aprofundar o conhecimento sobre aqueles projetos
43 mas que, certamente, o desenvolvimento do Alentejo e a visão para mesmo tinha que falar
44 mais alto e, portanto, tinham a expectativa de que a Assembleia conseguiria estabelecer
45 o consenso suficiente porque naquele caso todos não eram muitos.

46
47 **A deputada Clara Grácio**, sobre aquela questão, referiu que a decisão era uma estratégia
48 Governamental, da Administração Central, que a Câmara tinha feito o seu papel ao dar o
49 parecer desfavorável e como, pelo que tinha ouvido, estavam todos consensualmente
50 solidários com os cidadãos e com o parecer da Câmara, portanto, que fizessem algo

1 consequente, até tendo em conta a aprovação da Lei do Restauro que era muito importante
2 em termos europeus e em termos nacionais e regionais, pelo que sugeriu uma audição
3 com a presença da Administração Central para discutirem aquela questão, que era
4 pertinente em todo o território nacional mas, provavelmente, muito mais pertinente no
5 Alentejo exatamente por aquilo que estava a circundar o Alqueva e que seria preciso que
6 houvesse alguma regulamentação sobre aquele problema.

7
8 **O deputado Bruno Martins** mencionou que também não tinha conhecimento daquelas
9 situações, mas que recentemente tinha tido a oportunidade de ler o Relatório Final
10 daqueles projetos, que considerou absolutamente aberrante, uma vez que todo ele era
11 apresentado, de forma a conduzir claramente para que a conclusão fosse o chumbo e
12 depois para a aprovação dos projetos. Informou ter enviado toda a informação que tinha
13 para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, sugerindo uma pergunta ao Governo
14 sobre aquele assunto que seguiria muito em breve, mas que tal não dispensaria que a
15 Assembleia Municipal pudesse e devesse tomar uma posição, não só referindo aquele
16 exemplo concreto, mas que aquele exemplo concreto seria bom para pensarem e para
17 darem um sinal político para outros exemplos, porque quem percorresse o Alentejo, não
18 tanto no distrito de Évora, mas no Baixo Alentejo já via autênticas aberrações de
19 fotovoltáicas, que já destruíram a paisagem, milhares de árvores e todo o seu ecossistema
20 associado e, portanto, o Bloco de Esquerda concordava com a tomada de posição da
21 Assembleia Municipal sobre aquele assunto.

22 Em relação ao segundo assunto, referiu que, obviamente, não conhecia em particular a
23 situação concreta, mas pela forma como tinha sido apresentada pareceu-lhe haver um
24 risco grave de desmoroamento e um perigo grave para a saúde pública e havendo aquele
25 risco, disse que, felizmente, a legislação em vigor, no Regime Jurídico da Urbanização e
26 Edificação, dispensava um conjunto de formalidades na tomada de posse administrativa,
27 e portanto aquilo que instou foi que o Município iniciasse o processo, para que aquela
28 situação fosse resolvida o mais brevemente possível.

29
30 **A deputada Clara Grácio** solicitou formalmente que a Assembleia apreciasse a proposta
31 de realização de uma audição sobre aquela matéria.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** realçou que aquela proposta da senhora
34 deputada era muito bem-vinda e que iriam estudar a situação, para se realizar uma audição
35 com personalidades que os pudessem assessorar naquela matéria.

36 Salientou que era evidente que aquele problema que se colocava atualmente, na Graça do
37 Divor, se colocava igualmente em todo o Alentejo, porque havia a ideia falsa de que os
38 terrenos vazios estavam abandonados e, portanto, eram suscetíveis de ser plantados com
39 painéis solares. Era uma ideia simplista, mas absolutamente falsa, do mesmo modo que
40 era falsa a ideia de que o montado, e isso estava no relatório, era uma forma degradada
41 do coberto vegetal inicial. Esclareceu que o montado de facto não era natural, era uma
42 produção humana, absolutamente antrópica, porque era a forma inteligente de o Homem
43 utilizar o solo, a terra, as plantas, a produção primária e a produção animal, e que aquele
44 conceito de montado perdurava há séculos, portanto não era uma forma degradada, pelo
45 que afirmou que aquilo era absolutamente falso e todos o sabiam.

46 Relembrou que Ribeiro Teles, Engenheiro Agrónomo, tinha dito de uma forma muito
47 veemente que “cada sobreiro que se cortava era um camelo que se importava”, e também
48 em relação às azinheiras, porque as quercíneas eram a barreira contra a desertificação e
49 arrancá-las era abrir o caminho ao deserto e, sobretudo, no momento em que os estudos
50 apontavam para que a temperatura do Alentejo subisse drasticamente, e muitas das

1 culturas atuais com as quais praticamente nasceram, como a vinha, seriam certamente
2 muito sacrificadas no futuro e o montado era, de facto, a última barreira, a boia de
3 salvação, a última coisa que restava para evitar as areias do deserto e que aquela forma
4 leviana com que se encarava o arranque das azinheiras e dos sobreiros era inqualificável
5 e disse que, pessoalmente, gostaria que a posição da Assembleia Municipal fosse unânime
6 a partir daquele momento e a partir de uma audição que se preparasse e que se alastrasse
7 a outras regiões do Alentejo.

8 Mencionou saber que, entretanto, aquelas empresas acenavam com mais-valias para as
9 Autarquias e que estava dito e escrito que a Freguesia da Graça do Divor beneficiaria, de
10 algum modo, daquela presença dos parques fotovoltaicos, mas tudo o que aquelas
11 empresas pudessem oferecer às Autarquias não valia nada comparado com o que
12 objetivamente se perdia na natureza, no território e também para o futuro, portanto,
13 agradecendo em particular à Dra. Ana Barbosa por ter alertado a Assembleia Municipal
14 para aquela questão e, certamente, com o apoio das forças partidárias com acento naquela
15 Assembleia Municipal iriam proceder a uma audição, iriam dar destaque ao assunto e
16 tomariam uma posição futura.

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos do público,
19 informou que iria passar ao ponto seguinte.

20 **I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

21 **a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.**

22
23
24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** realçou o sucesso da Assembleia Municipal
26 Jovem, criada no presente ano por iniciativa da Assembleia Municipal, que já tinha
27 reunido em Assembleia ordinária e em Assembleia extraordinária e em ambas com uma
28 participação de muitos jovens, com comunicações muito interessantes, que revelaram
29 uma maturidade digna de salientar em que focaram problemas que, naturalmente, lhes
30 diziam respeito, particularmente a questão dos transportes escolares, no acesso às escolas
31 dos jovens de todo o concelho, as questões relativas à segurança em torno da escola, dos
32 acessos e da segurança, e todos aqueles temas foram debatidos com o apoio, na primeira
33 sessão, do senhor Presidente da Câmara, na segunda sessão, do senhor Vereador
34 Alexandre Varela e disse ter sido muito gratificante ver os jovens ativos e participantes
35 na vida da cidade e interessados nos problemas públicos do concelho, pelo que considerou
36 ter sido uma boa decisão da Assembleia Municipal e esperava que se repetisse nos
37 próximos anos, eventualmente com a introdução de algumas alterações processuais, mas
38 reafirmou que, francamente, tinha sido uma experiência muito positiva.

39 40 **b) Proposta de aprovação da Ata número 18 da sessão ordinária de 17 de fevereiro** 41 **de 2024.**

42 43 **Deliberação da Ata nº 18 de 17-02-2024:**

44 **Aprovada por unanimidade.**

45 Os deputados municipais João Manuel Banha Correia (MCE), Paulo José Veiga Ribeiro
46 (MCE), José Maria Rodrigues Figueira (CDU, António Carlos Lança Carriço (Coligação
47 Mudar com Confiança), José Carlos Garcia dos Santos (Coligação Mudar com
48 Confiança), Mário Augusto Bragado Monginho (PS) e Luísa de Jesus Godinho Fialho
49 Oliveira (PS), não votaram por não terem estado presentes na sessão a que a ata diz
50 respeito.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que a Assembleia, no passado dia 26
2 de abril, tinha aprovado o ponto sobre a Designação de Fiscal Único, Respetivo Suplente
3 e Remuneração dos Corpos Sociais | Habévora, mas que, aquando daquela aprovação, o
4 nome da empresa tinha sido alterado, pelo que tinham de aprovar uma retificação com o
5 nome correto, que era Teles Santinho & Associado, Lda., e, não havendo pedidos de
6 intervenção, colocou aquele documento de retificação a votação, que foi aprovado.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que recebeu a solicitação do senhor
9 Presidente da Câmara para a inclusão de um novo ponto na Ordem do Dia referente à
10 “Prestação de Contas consolidadas de 2023”, resultante da sua aprovação em reunião de
11 Câmara, para ser apreciada e votada na Assembleia passando, portanto, a ser o ponto 5
12 da Ordem do Dia.

13
14 **O deputado Natanael Vinha** perguntou qual era a urgência porque não era comum
15 aprovarem a integração de outros pontos na Assembleia e por várias vezes quando fazem
16 uma coisa que não é comum há quem alegue a criação de precedentes e era para perceber
17 se aquela prestação de contas tinha prazo, no fundo qual era a pressa.

18
19 **O Presidente da Câmara** começou por dizer que pensava que tivesse sido proposto pela
20 Câmara o ponto, sujeito à eventual aprovação na Câmara Municipal como têm feito
21 noutros pontos, mas relativamente à Prestação de Contas e à Prestação de Contas
22 Consolidada era indicado habitualmente, de facto, a primeira sessão de abril e a segunda
23 sessão de junho, e que a Assembleia não aprovava ou desaprovava contas, que a
24 Assembleia apreciava contas, portanto a Assembleia estava à vontade para fazer aquilo
25 que entendesse.

26
27 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
28 intervenção, colocou a inclusão do novo ponto a votação, tendo sido aprovado.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 1 Moção e 1
31 Recomendação e, seguindo a ordem que lhe foi apresentada, solicitou à bancada do PS
32 que procedesse à apresentação da Recomendação transmissão via streaming das sessões
33 da Assembleia Municipal.

34
35 **A deputada Paula de Deus** procedeu à leitura da Recomendação transmissão via
36 streaming das sessões da Assembleia Municipal, a qual se transcreve na íntegra:

37 *“A transmissão via streaming das sessões da Assembleia Municipal, ao permitir que*
38 *muitos mais munícipes possam acompanhar, em direto ou em diferido, o trabalho*
39 *daqueles que por eles foram eleitos para deliberar sobre as políticas municipais,*
40 *constitui um progresso na via da democratização da gestão autárquica.*

41 *Verifica-se, contudo, que a dependência, para o efeito, de entidades externas ao*
42 *Município, nem sempre disponíveis para acompanharem os trabalhos da Assembleia,*
43 *obstaculiza que tais transmissões possam efetivar-se em todas as sessões da AME.*

44 *Na realidade, a AME foi totalmente alheia ao processo concursal que subjaz à escolha*
45 *da empresa que se encarrega das referidas transmissões, pelo que a empresa selecionada*
46 *não está vinculada senão às datas previstas para as sessões ordinárias. Ora, não só estas*
47 *estão sujeitas a alterações como, a elas, acrescem as sessões extraordinárias que podem*
48 *ter lugar em Évora ou em qualquer outro local do Concelho.*

49 *Assim, recomendamos que o Município adquira o equipamento adequado à realização*
50 *das referidas transmissões, por forma a que possam ser realizadas pelos técnicos do*

1 *Município, ou, em alternativa, se proceda a um novo concurso em cujo “caderno de*
2 *encargos” sejam contempladas as necessidades inerentes ao funcionamento da AME.”*
3

4 **O Presidente da Câmara** transmitiu que, na altura, tinha sido feita aquela avaliação,
5 pelos serviços técnicos, e que lhes tinha sido aconselhado, exatamente, que recorressem
6 a uma entidade externa, face às questões técnicas que eram colocadas, não apenas de
7 equipamento, mas também do ponto de vista dos técnicos em si e das características do
8 tipo de transmissão, e por isso tinham escolhido aquela opção e disse que se poderia ver
9 se aquela avaliação, que tinha sido feita na altura, ainda se mantinha ou se se justificaria
10 uma outra solução.

11
12 **O deputado Paulo Ribeiro** informou que o Movimento Cuidar de Évora acompanhava
13 as preocupações que estavam explanadas na recomendação, porque um dos focos do MCE
14 era fomentar a participação cívica e também mitigar o fenómeno da abstenção, o que para
15 o MCE era quase uma questão identitária, por conseguinte votariam favoravelmente e
16 acompanhavam aquela recomendação.

17
18 **A deputada Elmina Lopes** mencionou que acompanhavam as informações dadas pelo
19 senhor Presidente da Câmara sobre os enquadramentos e os constrangimentos associados
20 àquela questão e que gostariam imenso que todo o universo das novas tecnologias
21 estivesse ilimitadamente ao serviço da Assembleia, mas compreendiam que houvesse
22 limitações e que confiavam na avaliação técnica e também na priorização que a Câmara
23 pretendesse fazer, portanto, naquele sentido informou que se iriam abster.

24
25 **O deputado Bruno Martins** considerou que o mais importante daquela recomendação,
26 mais do que recomendar que o Município adquirisse ou fizesse o que quisesse, era garantir
27 que o Município assegurasse a transmissão via streaming de todas as sessões da
28 Assembleia Municipal, mas se era com os serviços internos ou com uma prestação de
29 serviços individualizada para uma extraordinária ou se era num contrato já previsto, o que
30 interessava era que o Município garantisse, em nome da Democracia, aquela questão,
31 porque mais do que a forma de chegar às pessoas era chegar a elas e, obviamente,
32 confiavam na avaliação técnica que tinha sido realizada, resultando na contratação de uma
33 empresa.

34
35 **A deputada Paula de Deus** disse que o foco daquela recomendação e o que estava em
36 causa era, precisamente, garantir a acessibilidade de todos os cidadãos às reuniões da
37 Assembleia, não compreendendo que uma Assembleia Municipal que funcionava com
38 reuniões ordinárias e extraordinárias e que a Câmara ao contratualizar não tivesse
39 contemplado as reuniões extraordinárias, portanto não estava em causa nem a
40 competência técnica dos serviços nem o funcionamento e a cobertura, por parte de quem
41 o estava a fazer, a única coisa que estava em causa era o funcionamento regular daquela
42 Assembleia, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, e por ter sido descurada
43 aquela situação pareceu-lhes que deveria ser corrigida, porque obstaculizou que as
44 reuniões da Assembleia fossem vistas por quem não podia estar presente.

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que aquela questão se revelou séria na
47 última sessão extraordinária da Assembleia que ocorreu em São Mansos, em que não foi
48 possível encontrar uma empresa que fizesse a cobertura e a transmissão via streaming, e
49 que tal aconteceu porque a Câmara Municipal, quando abriu um concurso para selecionar
50 uma empresa, em que a Assembleia Municipal não foi consultada, teria referido as datas

1 das sessões ordinárias, mas não as datas das sessões extraordinárias porque, obviamente,
2 não eram conhecidas, e, portanto, quando quisessem fazer uma sessão extraordinária,
3 sobretudo para descentralizar o trabalho da Assembleia pelas Freguesias, deparavam-se
4 sempre com aquele problema, com a agravante de que a Assembleia Municipal, e em
5 particular por parte do seu Presidente, não podia dirigir-se aos serviços e questioná-los
6 sobre se conheciam, ou não, outras empresas porque os serviços simplesmente não
7 aceitavam ser questionados, ser interrogados, ser abordados, pelo Presidente da
8 Assembleia Municipal o que era um problema grave porque o Município tinha dois
9 órgãos, a Câmara e a Assembleia, e nenhum deles era subalterno do outro, cada um tinha
10 as suas competências estipuladas por lei.

11 Considerou ser óbvio que, por razões administrativas, os funcionários do Município
12 tinham uma dependência hierárquica do Presidente da Câmara, mas que tal não os deveria
13 impedir de responder a um apelo, a uma questão colocada pelo Presidente da Assembleia
14 Municipal, mas que na Câmara Municipal de Évora havia serviços que se recusavam a
15 responder ao Presidente da Assembleia Municipal, que não lhe competia alterar a
16 ordenação daquela questão nem iria intervir, mas que também não iria recuar nas
17 hipóteses de reunir a Assembleia Municipal em sessão extraordinária nas freguesias rurais
18 e que, de cada vez que reunissem nas freguesias rurais, aquela questão se iria colocar.

19 Transmitiu que, na primeira vez, que aconteceu solicitou ao senhor Presidente da Câmara
20 que interviesse junto do serviço, mas que aquela tinha sido uma vez sem exemplo e que
21 não o voltaria a fazer, sobretudo porque não queria utilizar as boas relações pessoais que
22 há muitos anos se tinham estabelecido entre eles para colmatar as deficiências de
23 funcionamento do Município, portanto, só haveria uma solução que era o Município
24 munir-se de equipamento próprio ou então a Câmara Municipal abrir novo concurso e
25 estabelecer novas condições.

26
27 **O Presidente da Câmara Municipal**, face à importância que aquele assunto tinha para
28 o concelho, considerou ser fundamental esclarecer algumas questões importantes e
29 começou por dizer que não conhecia os termos em que tinha sido realizado o concurso e,
30 portanto, não podia, naquele momento, pronunciar-se sobre se tinham sido colocadas as
31 datas e as condições de realização de Assembleias extraordinárias, ou não, mas sabia que
32 as indicações que tinham sido dadas eram para serem transmitidas todas as sessões da
33 Assembleia Municipal.

34
35 Em relação ao que tinha acontecido em São Manços, lembrou que já tinha sido dada a
36 explicação que teve a ver com a impossibilidade da empresa, que naquela data já tinha
37 um compromisso assumido, e de não terem conseguido encontrar uma alternativa.

38
39 Sobre a aquisição de equipamento, confessou que não se sentia com o à vontade técnico
40 que foi colocado para determinar qual era o equipamento que a Câmara deveria comprar,
41 em que condições e como deveria ser utilizado, mas poderia pedir à Assembleia para
42 transmitir quais as condições que queriam que se colocasse no concurso, para adquirir
43 aquele serviço ou identificar quais eram as condições internas que a Câmara deveria
44 colocar para disponibilizar aquele serviço, a Assembleia definiria e a Câmara respeitaria
45 integralmente a definição que a Assembleia Municipal fizesse.

46
47 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que a questão era mais profunda e mais sensível do
48 que aquela mera recomendação, já que não era a primeira vez que confrontavam o senhor
49 Presidente da Câmara para a necessidade de garantir os meios técnicos e humanos ao
50 regular funcionamento da Assembleia Municipal e também que os trabalhos da

1 Assembleia e dos membros que foram eleitos por voto popular não decorriam da forma
2 que todos gostariam, uma vez que não existiam as condições para tal e não competia aos
3 deputados municipais dizer à Câmara Municipal o que fazer, competia-lhes exigir ao
4 senhor Presidente da Câmara que garantisse os meios necessários para os trabalhos.
5 Referiu não ter gostado da forma como tinha desvalorizado a importância daquele tema,
6 por garantir a equidade e a igualdade de acesso de todos os cidadãos do concelho ao que
7 se passava naquele espaço, às posições políticas, àquilo que era discutido e que tocava a
8 vida das pessoas do concelho não era um problema menor e, portanto, desvalorizar aquela
9 situação era desvalorizar todas as pessoas que queriam ter acesso à informação e que não
10 tinham oportunidade de ali estar porque, infelizmente, os transportes no concelho não
11 funcionavam em horários regulares, que permitissem às pessoas a deslocação. Existia um
12 conjunto enorme de situações que impedia que os cidadãos que quisessem ali estar e não
13 podiam e, portanto, não gostou da forma como o senhor Presidente desvalorizou aquele
14 assunto e que gostaria que, para além daquela questão de assegurar a transmissão via
15 streaming, fossem garantidas todas as condições, de uma vez por todas, ao regular
16 funcionamento da Assembleia e, por último, gostaria também de ouvir a posição do
17 senhor Presidente de Câmara relativamente ao tema que o ilustre Presidente da Mesa
18 citou, de não ver correspondidas as solicitações que tinha efetuado aos serviços da
19 Câmara; se existia alguma orientação para não prestar aquela informação aos membros
20 da Assembleia Municipal, e no caso ao Presidente da Assembleia Municipal, portanto
21 gostaria de ouvir uma palavra do senhor Presidente, uma vez que não tocou naquele
22 assunto.

23

24 **O deputado Francisco Figueira** começou por dizer que não tinha intenção de falar
25 naquele ponto até porque era pública a posição do PSD, relativamente à importância da
26 transmissão de streaming, mas que registou a informação que o senhor Presidente da
27 Câmara tinha dado, quanto a desconhecer as condições técnicas que eram necessárias à
28 realização de uma simples transmissão de streaming da Assembleia Municipal e que as
29 dificuldades que se colocavam na transmissão de streaming da Assembleia Municipal
30 eram porque o senhor Presidente, por razões políticas, pessoais, ideológicas, não tinha
31 interesse nem queria que aquelas Assembleias decorressem com conhecimento geral. Não
32 quer ali como também não quis na CIMAC, onde o senhor foi Presidente da CIMAC
33 durante um ano e meio e com uma recomendação aprovada pela Assembleia
34 Intermunicipal da CIMAC para a transmissão de streaming, há 3 anos, e sempre se
35 escudar em questões de natureza processual, técnica, financeira que era a mesma
36 justificação que ali transmitia e era evidente e objetivo que as transmissões e as
37 dificuldades que ali se verificam eram porque a CDU, que era a minoria que governava a
38 Câmara por legitimidade democrática, não tinha interesse em empenhar-se naquela
39 situação, portanto não valia a pena dizer à cidade e à Assembleia Municipal que
40 desconhecia as questões técnicas, que era muito difícil, porque não tinha nada de difícil,
41 que se quisessem fazer faziam, como transmitem as reuniões da Câmara Municipal,
42 simplesmente não querem e, portanto, escudam-se em questões processuais, financeiras,
43 técnicas e administrativas e que aquela habilidade da CDU de dizer “então digam o que
44 a Assembleia Municipal pretende que se coloque no concurso”, mas estamos ali a tentar
45 que a população que estava lá fora pudesse seguir os trabalhos, era só e apenas aquilo.

46

47 **O deputado Bruno Martins** considerou que o problema era haver uma mistura muito
48 grande de temas e disse que, em primeiro lugar, apresentava a sua solidariedade para com
49 os trabalhadores e para com os serviços da Câmara Municipal de Évora que procederam
50 bem, porque os serviços não tinham que responder ao Presidente da Assembleia

1 Municipal de Évora, mas se os serviços não estavam disponíveis por decisão política da
2 Câmara para aceder às necessidades da Assembleia Municipal de Évora isso era um
3 problema político entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, não era um
4 problema de relação da Assembleia Municipal com os serviços e, portanto, apresentou a
5 sua solidariedade para com os serviços.

6 Referiu que, em segundo lugar, apresentava a sua solidariedade para com os técnicos que
7 estavam a assegurar a transmissão via streaming, porque se estava a fazer da transmissão
8 streaming de uma Assembleia Municipal, por um lado uma coisa muito difícil, mas por
9 outro lado uma coisa que bastava um telemóvel e disse que tinham que ser sérios porque
10 não bastava um telemóvel, era preciso um equipamento especial para garantir a
11 transmissão segura, feita no canal institucional do Município, portanto, na sua opinião
12 aquilo que queria ver garantido, e era o ponto principal, era que o contrato que existia
13 com a empresa garantisse a transmissão de todas as sessões da Assembleia Municipal,
14 porque tinham ali duas versões, a do Presidente da Assembleia que dizia que não estavam
15 garantidas as sessões extraordinárias e a do Presidente da Câmara que dizia que tinha
16 dado indicações para estarem, portanto, havendo aquela garantia de que as sessões
17 extraordinárias estavam garantidas teria que haver a possibilidade de articulação da Mesa
18 com a empresa para a marcação numa data possível para a transmissão, portanto,
19 primeiro, a garantia política e orçamental de que era possível e que estava prevista a
20 transmissão de todas as sessões dessa Assembleia e segundo, a articulação da Mesa com
21 quem fazia a transmissão para garantir que fosse numa data possível, tão simples quanto
22 aquilo, tudo o resto era estarem ali a perder tempo.

23
24 **O deputado Natanael Vinha** referiu que tinham o problema que era uma questão do
25 Regimento que dizia que as Assembleias Municipais eram transmitidas por streaming e
26 que era uma condição “sine qua non” para que a Assembleia reunisse e uma definição
27 que faziam de haver condições ou não haver e que não estavam em causa nenhuns
28 funcionários, nem da Câmara, nem da empresa e compreendendo que os recursos não
29 eram infinitos era preciso adequar as necessidades aos recursos existentes. Referiu que
30 aquela discussão era mais do que ela própria no sentido em que fazia transparecer alguma
31 falta de respeito para com a Assembleia Municipal, fosse a questão das respostas que não
32 eram dadas, como numa série de outros assuntos, não havia respostas, portanto, a verdade
33 era que havia uma linha de atuação, e diria todo um programa político, que era não
34 responder, portanto, considerou que deveria ser definida uma linha de comunicação entre
35 o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara para que
36 se o senhor Presidente da Assembleia Municipal tivesse alguma necessidade de recorrer
37 aos serviços municipais, pudesse ser feito com a maior diligência possível, que era o que
38 os órgãos institucionais faziam, relacionarem-se, criarem canais de comunicação,
39 articularem-se, e não deixarem transparecer uma falta de respeito, que era o que estava a
40 acontecer, portanto, na sua perspetiva, na sua modesta opinião, e citando o senhor
41 Presidente da Câmara, também considerou que aquela era uma questão de grande
42 importância para o concelho e para os municípios.

43
44 **O deputado José Figueira** disse ao senhor membro Francisco Figueira que, em relação
45 ao que tinha dito, e à acusação que tinha feito ao senhor Presidente da Câmara, enquanto
46 Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMAC, não correspondia à verdade e que o
47 senhor deputado sabia muito bem que estava a faltar à verdade naquela Assembleia sobre
48 aquela matéria e disse que tinha ali a ata número 2 de 2023 da Assembleia Intermunicipal
49 da CIMAC e que se recordava bem de quem tinha feito a proposta de retirada daquele
50 assunto e da argumentação que tinha sido secundada por ele, que quem a fez foi o membro

1 Cármen Carvalheira do PS secundada pela CDU, por isso aquilo que o senhor tinha dito
2 não correspondia à verdade e aquela acusação que o senhor fez ao senhor Presidente da
3 Câmara enquanto Presidente da CIMAC era mentira.

4 **O deputado Francisco Figueira** começou por dizer que se ia abster de utilizar os termos
5 que o senhor deputado José Figueira tinha utilizado, mas recomendou-lhe que lesse as
6 atas do Conselho Intermunicipal, porque o senhor tinha referido uma ata da Assembleia
7 Intermunicipal, e que antes de fazerem ou usarem aquele tipo de insinuações levianas e
8 ligeiras, que aliás correspondiam ao tipo de governação que faziam na Câmara e que não
9 o surpreendeu, recomendou que lesse as atas do Conselho Intermunicipal onde os
10 senhores Presidentes de Câmaras debateram aquela questão na sequência da deliberação
11 da Assembleia Intermunicipal e que verificasse o que tinha acontecido. Aproveitou para
12 requerer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que pudesse escrever aos 6
13 Presidentes eleitos pelo Partido Socialista na CIMAC, e que tinham unido os seus votos
14 aos da minoria da CDU para impedir a transmissão em streaming das Assembleias
15 Intermunicipais, e uma vez que o Partido Socialista naquela Assembleia defendia, e muito
16 bem, a transmissão em streaming, requereu ao senhor Presidente da Assembleia que, na
17 sequência da aprovação daquela Recomendação que iriam fazer, pudesse escrever em
18 nome daquela Assembleia Municipal, onde havia representantes na Assembleia
19 Intermunicipal, aos 6 Presidentes eleitos pelo Partido Socialista solicitando-lhes o pedido
20 político para que aderissem àquela recomendação e também para que pudessem no
21 Conselho Intermunicipal da CIMAC viabilizar a transmissão em streaming daquelas
22 Assembleias, para que os cidadãos de Évora também pudessem acompanhar o
23 funcionamento daquele órgão, descolando da posição da minoria CDU que era
24 exatamente a mesma que tinha sido ali transmitida e, portanto, percebendo o nervosismo
25 da CDU e ligeireza com que tratava aquelas questões. Lamentou que num assunto daquela
26 importância, que tinha a ver com o escrutínio democrático dos órgãos eleitos no
27 Município, a CDU se colocasse daquele lado e que o povo julgaria, e tem julgado nos
28 últimos atos eleitorais.

29
30 **A deputada Elmina Lopes** lembrou que na Assembleia de São Manços tinham sido
31 informados da diligência efetiva e persistente para colmatar aquela falha da transmissão
32 em streaming daquela sessão, mesmo não se tendo conseguido resolver a situação,
33 confiavam na gestão Camarária da CDU e sabiam que tudo tinha sido feito para cobrir
34 aquela transmissão em streaming, portanto, confiavam nas soluções de gestão que se
35 procuram para resolverem a situação e, naquele sentido consideraram que aquela
36 recomendação não ia ao encontro do que seria necessário, que era garantir que todas as
37 reuniões fossem transmitidas e também lamentavam e referiam com veemência que as
38 insinuações de que a CDU tentava evitar a transmissão em streaming eram
39 completamente falsas, evidenciando e reiterando que todos os esforços eram feitos, dentro
40 das possibilidades, para que as transmissões fossem feitas em streaming e não o contrário,
41 que estava a ser insinuado em várias intervenções e, portanto, a abstenção da CDU tinha
42 a ver com saberem que a gestão CDU fazia tudo o que estava ao seu alcance para garantir
43 as transmissões em streaming das reuniões da Assembleia Municipal.

44
45 **O deputado João Simas** considerou que estavam a cair num nível um bocado baixo e,
46 partindo do princípio de que o senhor estava a fazer ali teorias da conspiração e
47 insinuações muito graves, que provasse qual tinha sido o membro daquela Assembleia
48 Municipal que tivesse estado contra a transmissão de qualquer sessão, portanto, que
49 provasse, que dissesse os nomes de quem tinha estado a tentar impedir a transmissão da
50 Assembleia Municipal, ou então não sabia como o classificar.

1
2 **O Presidente da Câmara Municipal** afirmou que aquela situação tinha surgido porque
3 na Assembleia em São Manços se tinha tentado acusar a Câmara de que a transmissão
4 streaming era da responsabilidade da Câmara, quando não era e que o tinha dito
5 taxativamente na altura, e era por isso que surgia ali aquela recomendação.

6
7 Referiu que não pretendia descer a determinados níveis de ordem política, que não queria
8 classificar, como o senhor Deputado tinha feito em relação à sua pessoa, que considerou
9 deselegante para não dizer outros nomes, das habilidades e daquele tipo de questões, para
10 além do facto de fazer afirmações de posições pessoais e da CDU que não correspondiam
11 minimamente à verdade e que nem sequer estavam, obviamente, provadas por qualquer
12 situação, mas que aquela questão se tinha colocado exatamente porque tinha falhado a
13 transmissão de uma Assembleia Municipal em streaming, e frisou de uma Assembleia
14 Municipal, e que se tinha explicado a razão.

15
16 Realçou que já tinha sugerido, e que continuava a sugerir porque lhe parecia simples, que
17 se articulassem as datas das sessões entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal
18 por forma a garantir a articulação dos serviços, o que era possível de conseguir, e deu o
19 exemplo do seu pedido de alteração daquela Assembleia Municipal, uma vez que
20 coincidia com a abertura da Feira de São João, o que não foi conseguido e que respeitou,
21 como não podia deixar de fazer, a posição do senhor Presidente da Assembleia Municipal.

22
23 Em relação à questão de não se darem respostas, disse que não se davam as respostas que
24 cada um queria, mas que as respostas eram dadas, portanto, havia mecanismos para se
25 poder garantir quais eram as perguntas a fazer e quem tinha que responder respondia
26 também de acordo com o que era o seu entendimento e não com o que era o entendimento
27 dos outros e considerou que aquela matéria era importante e tendo em conta aquela
28 importância asseguraram, através de um concurso, aquelas questões, mas que, como tinha
29 sido explicado, por uma razão operacional não foi transmitida uma Assembleia Municipal
30 e porque a data tinha que ser aquela e não podia ser outra, portanto, o que se tinha de fazer
31 era articular as datas para garantirem que a empresa transmitisse em streaming, ou de
32 outra forma se fizesse, o que era simples, e não a acusação de que o Presidente da Câmara,
33 ou a força política, o queriam impedir o que era completamente falso até porque tinham
34 sempre transmitido à Assembleia e às forças políticas a vontade que de colaborar com a
35 Assembleia Municipal.

36
37 Concluindo, o **Presidente da Câmara Municipal** considerou que aquela questão poderia
38 ser analisada e ultrapassada, que iria solicitar aos serviços técnicos da Câmara para
39 voltarem a fazer a análise, relativamente àquela matéria, e que informaria a Assembleia
40 Municipal da situação e para que não se repetisse a situação de São Manços deixou a
41 sugestão para que houvesse uma articulação entre a Assembleia Municipal e a Câmara
42 Municipal na marcação das respetivas Sessões, com o tempo que permitisse criarem as
43 condições, que não se criavam, obviamente, de um momento para o outro e, como era
44 compreensível, tinham de se criar com os elementos que tinham disponíveis.

45
46 **O deputado Bruno Martins** questionou o Presidente da Câmara Municipal se a Sessão
47 Extraordinária de São Manços tivesse sido noutra data em que a empresa com quem a
48 Câmara tinha o contrato tivesse disponibilidade, haveria ou não algum aspeto contratual
49 ou orçamental que impedisse a transmissão streaming.

1 Perante a resposta negativa do Presidente da Câmara Municipal, recomendou à Mesa que
2 fizesse a devida articulação porque não tinha sido aquilo que lhe foi transmitido como
3 eleito, o que lhe foi transmitido como eleito foi que em termos contratuais a Câmara não
4 tinha prevista a transmissão streaming das Sessões Extraordinárias e, portanto, como
5 eleito precisava também de ter aquilo bem esclarecido, porque eram duas questões
6 totalmente diferentes.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a informação de que dispunha
9 era de que no concurso efetuado pela Câmara, para selecionar uma empresa transmissora
10 não tinha sido contemplada a possibilidade de haver Sessões Extraordinárias e, portanto,
11 qualquer Sessão Extraordinária da Assembleia não estava em princípio, no seu
12 entendimento, contemplada no contrato formulado pela Câmara com a empresa, poderia
13 estar enganado, mas era aquela a informação que tinha.

14
15 **O deputado Bruno Martins** perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal como
16 tinham sido garantidas as transmissões das sessões Extraordinárias que já tinham havido
17 e que tiveram a transmissão em streaming.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que não tinha sido através dele,
20 provavelmente teria sido através dos serviços da Assembleia e da Câmara, mas que não
21 tinha conhecimento.

22
23 **O deputado Gonçalo Costa** começou por dizer que tinha colocado aquela questão na
24 Assembleia Extraordinária de São Manços porque o que senhor Presidente da Assembleia
25 lhe tinha dito, na altura, que o contrato celebrado com a empresa tinha sido só em relação
26 às sessões Ordinárias, que não previa as sessões Extraordinárias, e que o Município tinha
27 feito uma diligência no sentido de tentar garantir a transmissão da Sessão, mas que não
28 tinha sido possível, portanto, solicitou o esclarecimento daquela questão.

29 Relativamente à questão dos funcionários do Município não dependerem
30 hierarquicamente do Presidente da Assembleia Municipal disse que deveria haver canais
31 de comunicação e colaboração estreita entre os órgãos do Município, nomeadamente com
32 a Assembleia Municipal que tinha como missão de fiscalização da atividade da Câmara
33 e o órgão executivo que era a Câmara Municipal, portanto, colocou novamente a questão
34 se existia algum constrangimento, ou alguma questão ou recomendação interna da
35 Câmara Municipal que dificultasse o acesso à informação ou o trabalho da Mesa da
36 Assembleia Municipal.

37 Referindo-se à Lei n.º 75 de 2013, que previa o funcionamento da Assembleia Municipal,
38 no seu artigo 31.º, no 1.º ponto dizia que “A assembleia municipal dispõe de um núcleo de
39 apoio próprio, sob orientação do respetivo presidente e composto por trabalhadores do
40 município, nos termos definidos pela mesa e a afetar pela câmara municipal.”, no 2.º ponto
41 dizia que “A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos
42 necessários ao seu funcionamento e representação, a afetar pela câmara municipal” e no
43 3.º ponto dizia que “No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da
44 assembleia municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das
45 senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia
46 municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessária ao seu
47 funcionamento e representação.”, pelo que questionou se aqueles três pontos estavam
48 salvaguardados e a ser cumpridos, bem como a resposta às outras questões que já tinha
49 colocado.

1 **A deputada Paula Deus** mencionou que iria antecipar a resposta à pergunta do deputado
2 Gonçalo Costa, para dizer que não estavam garantidos daí a razão de apresentarem aquela
3 recomendação, independentemente das considerações já feitas.

4 **A deputada Clara Grácio** disse que, por respeito às pessoas que estavam a assistir em
5 streaming, apresentava um ponto de ordem à Mesa para que terminasse o debate daquele
6 assunto.

7
8 **O Presidente da Câmara Municipal** lembrou que, em São Manços, disse que não
9 tinha sido possível encontrarem uma solução porque a empresa com quem têm o contrato
10 não estava disponível naquela data, ou seja, se estivesse disponível naquela data estaria
11 coberta a sessão, não estando disponível naquela data e tendo que se realizar a Assembleia
12 Municipal naquela data, procuraram outras alternativas e não encontraram.

13
14 **O deputado Gonçalo Costa** perguntou ao senhor Presidente da Câmara quantas reuniões
15 estavam previstas no contrato com a empresa para preverem todas as ordinárias e as
16 eventuais extraordinárias ou então se lhes pudesse facultar, a todos os membros, o
17 contrato celebrado com a empresa, porque os contratos eram públicos, para poderem
18 analisar e em relação à questão da colaboração entre a Câmara Municipal e a Mesa da
19 Assembleia, na figura do senhor Presidente da Assembleia, voltou a questionar se existia
20 alguma orientação interna na Câmara Municipal de não prestar as informações, se existia
21 alguma celeuma, alguma fricção ou alguma orientação que impossibilitasse ou
22 dificultasse a prestação de informações e se estavam garantidas e salvaguardadas todas
23 as condições para o regular funcionamento da Assembleia Municipal.

24
25 **O Presidente da Câmara Municipal** reforçou que todas as questões estavam garantidas
26 pelo Orçamento da Câmara, mesmo não tendo havido propostas de inscrições orçamentais
27 pela Mesa da Assembleia, para tudo o que a Assembleia Municipal solicitasse.

28
29 Relativamente à questão da colaboração recordou que na Câmara Municipal existia a
30 Unidade de Administração Geral, que tinha uma Coordenadora que fazia a ligação com a
31 Mesa da Assembleia por forma a responder a todas as questões que fossem colocadas pela
32 Mesa da Assembleia e que garantia todos os serviços administrativos para o
33 funcionamento da Assembleia Municipal.

34
35 **O deputado Gonçalo Costa** perguntou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal
36 se aquela colaboração, que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido,
37 estava a ser assegurada através daquela Coordenação.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que a sua relação com o senhor Presidente
40 da Câmara Municipal de Évora era a melhor possível, que já se conheciam há muitos anos
41 e, portanto, eram capazes de suplantar quaisquer atritos e quaisquer perturbações no
42 terreno, o que não significava que, como Presidente da Assembleia estivesse satisfeito
43 com a articulação entre Assembleia e os serviços do Município.

44
45 **O deputado Gonçalo Costa** apelou ao senhor Presidente do Município para reforçar
46 aquela colaboração com a Mesa, para que fluísse da melhor forma possível.

47
48 **O deputado Francisco Brito** disse que, acreditando que a Câmara Municipal se pautava
49 pela transparência, solicitava ao senhor Presidente da Câmara que distribuísse pelos

1 eleitos da Assembleia Municipal o contrato e o caderno de encargos sobre aquela
2 adjudicação para todos ficarem esclarecidos.

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
5 submeteu a presente Recomendação a votação.

6 **Deliberação da Recomendação transmissão via streaming das sessões da Assembleia**
7 **Municipal:**

8 **Aprovada por maioria**, com 22 votos a favor (12 do PS, 4 da Coligação Mudar Com
9 Confiança, 3 do MCE, 1 do MICAZA, 1 do MMPI e 1 do Chega) e 9 abstenções (8 da
10 CDU e 1 do BE), verificando-se 31 presenças. -----

11
12 **A deputada Paula Pita apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

13 *“Eu estive a ler a Recomendação e de facto o que está no primeiro parágrafo é uma*
14 *declaração de voto e concordo plenamente, mas depreende-se desta Recomendação que*
15 *as sessões extraordinárias não são transmitidas por total, o que não corresponde à*
16 *verdade porque foram todas à exceção da Assembleia de São Manços, então não*
17 *podemos querer que a empresa esteja sempre disponível para a Assembleia e aquilo que*
18 *recomendo é que haja uma articulação entre as sessões extraordinárias com a empresa.*

19
20 **O deputado Bruno Martins apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

21 *“O Bloco de Esquerda absteve-se porque após o debate ficou claro, tendo por verdade*
22 *as palavras do senhor Presidente da Câmara, que não há nenhuma razão contratual ou*
23 *orçamental que impeça a transmissão streaming de todas as reuniões desta Assembleia*
24 *Municipal, pelo que a Recomendação acaba por não fazer sentido. Sendo isto verdade o*
25 *assunto passa a ser um assunto de articulação entre órgãos e, portanto, não é esse o*
26 *motivo desta Recomendação, mas sim a garantia de uma contratualização que, pelos*
27 *vistos, já está garantida. Por último, digo isto com total à vontade uma vez que o Bloco*
28 *de Esquerda foi o primeiro partido político, há muitos anos atrás, a propor em programa*
29 *político autárquico nesta Cidade a transmissão streaming de todas as reuniões da*
30 *Câmara e da Assembleia Municipal e, portanto, estamos à vontade sobre esta matéria.”*

31
32 **A deputada Paula de Deus apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

33 *“A recomendação do grupo Municipal do Partido Socialista decorre da dificuldade de*
34 *funcionamento regular das reuniões desta Assembleia, nomeadamente do visionamento*
35 *via streaming das reuniões que são extraordinárias e daquilo que temos conhecimento,*
36 *portanto, da informação que nos terá sido transmitida pelo senhor Presidente e da*
37 *análise que fizemos do contrato deduzimos, e de facto na prática constatámos, que é*
38 *difícil para não dizer que foi impossível porque foi a transmissão de sessões*
39 *extraordinárias e por isso reforçamos a importância desta Recomendação e da*
40 *Assembleia ser claramente esclarecida se é possível garantir o visionamento de todas as*
41 *sessões via streaming, uma vez que as extraordinárias pela sua natureza vão continuar*
42 *a ser extraordinárias.”*

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
45 apresentação da Moção Saudação ao quinto centenário do nascimento de Luís de Camões,
46 à Assembleia Municipal.

47
48 **A deputada Elmina Lopes** procedeu à leitura da Moção Saudação ao quinto centenário
49 do nascimento de Luís de Camões, a qual se transcreve na íntegra:

50 *“Neste ano de 2024 comemora-se o quinto centenário do nascimento de Luís de Camões.*

1 *Camões tem uma significativa importância na nossa história cultural e a sua obra é hoje,*
2 *património comum da humanidade. Traduzido em várias línguas, representado, estudado*
3 *e apropriado em diferentes partes do mundo, o poeta continua a ser, atualmente, um*
4 *nome maior da história da literatura.*

5 *Camões foi um artista de grande dimensão, não protegido pelo poder, marginalizado*
6 *pelos poderosos e privilegiados do seu tempo, sendo um poeta do povo e da pátria*
7 *portuguesa – pelo modo como refletiu os descobrimentos portugueses e como*
8 *desenvolveu e apurou as capacidades da língua portuguesa, tendo sido um criador de*
9 *palavras e arranjos sintáticos.*

10 *O nosso “imortal épico” como alguns lhe chamaram foi uma figura de elevado pendor*
11 *humanista que, na sua obra soube também evocar tantas vezes as injustiças do mundo.*

12 *«Vê que aqueles que devem à pobreza*

13 *Amor divino, e ao povo, caridade,*

14 *Amam somente mandos e riqueza,*

15 *Simulando justiça e integridade.*

16 *De feia tirania e de aspereza*

17 *Fazem direito e vã severidade;*

18 *Leis em favor do Rei se estabelecem;*

19 *As em favor do povo só perecem.»*

20 *(Lusíadas, Canto IX, estrofe 28)*

21 *O direito à cultura ocupa um lugar central numa democracia avançada inspirada nos*
22 *valores de Abril. Uma democracia com uma política cultural orientada para a*
23 *salvaguarda, o estudo e a divulgação do património cultural nacional, regional e local,*
24 *erudito e popular, tradicional ou atual; que assuma a educação, a ciência e a cultura*
25 *como vetores estratégicos para o desenvolvimento integrado do nosso País.*

26 *Valorizar Camões e a sua obra projetando-os na atualidade e afirmando o património*
27 *cultural português, a língua portuguesa, a cultura e a arte, também nesse quadro é*
28 *fundamental para levar a sua obra a todo o povo.*

29 *É por isso extremamente importante apelar para a participação ativa dos eborenses*
30 *nessas comemorações e para um maior conhecimento, difusão, apropriação e fruição da*
31 *obra d grande poeta.*

32 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 21 de junho de 2024, saúda esta data de*
33 *comemoração desta figura maior da cultura portuguesa e insta todos os eborenses a se*
34 *associarem de alguma forma a estas comemorações.”*

35
36 **O deputado Francisco Brito** começou por saudar aquela Moção, apresentada pela CDU,
37 e disse que, até porque eram eleitos na Assembleia Municipal de Évora, todos sabiam que
38 a Câmara Municipal de Évora nem sequer tinha assinalado devidamente o Dia de Camões
39 no passado dia 10, portanto considerou de maior importância que realmente a CDU agora
40 tentasse minorar aquela situação e aproveitou também para perguntar ao senhor
41 Presidente da Câmara o que era feito da aprovação, por unanimidade, na Câmara
42 Municipal de Évora, em fevereiro, de uma proposta dos eleitos do Partido Social
43 Democrata que propunha especificamente que fosse homenageado Luís de Camões com
44 uma peça de arte pública na Cidade de Évora, e que até agora não tinham visto nada a
45 acontecer.

46
47 **O deputado João Simas** sublinhou que a língua que se fala atualmente, no Brasil ou
48 noutros países de língua portuguesa, devia muito a Luís de Camões que tinha sido o
49 grande artífice do Português contemporâneo e que, embora muitas vezes fosse referida a
50 Epopeia dos Descobrimentos, Os Lusíadas e outros textos de Camões revelavam uma

1 forma de estar sem preconceitos, nomeadamente em relação aos costumes orientais e a
2 outros povos e bastava ver, por exemplo, o Canto IX, que foi ali citado, em que Camões
3 falava sem preconceitos de assuntos que ainda hoje envolvem imensos preconceitos.
4

5 **A deputada Paula Pita** disse que o MCE iria aprovar aquela Moção e que convidava os
6 Eborenses a se associarem às comemorações dos 500 anos do nascimento de Luís
7 Camões, que era o nosso maior poeta, comparando-se mesmo a Shakespeare e até a
8 Cervantes, no entanto não podia deixar de referir que a CDU ao querer celebrar Camões
9 não conseguia deixar de utilizar expressões como “Camões defensor dos pobres, dos
10 oprimidos, a defesa do povo” porque Camões era da baixa nobreza, teve sempre cargos
11 no Império à conta do Rei Dom João III e depois de Dom Sebastião, portanto, de facto
12 ele esteve pelo Império, morreu pobre, efetivamente, mas foi pela vida boémia e
13 turbulenta que levava, portanto, celebrar Camões sim, mas como defensor do Povo não.
14

15 **O Presidente da Câmara Municipal**, em relação à intervenção do senhor deputado
16 Francisco Brito, esclareceu que na última reunião de Câmara tinha respondido exatamente
17 àquela questão e disse que aquele processo estava em curso.
18

19 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
20 submeteu a presente Moção a votação.
21

22 **Deliberação da Moção Saudação ao quinto centenário do nascimento de Luís de**
23 **Camões:**

24 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças. -----
25

26 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.
27

28 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**
29

30 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem**
31 **como a situação financeira do mesmo – Para conhecimento**
32

33 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
34

35 **O Presidente da Câmara Municipal** começou por recordar que tinha sido inaugurada,
36 naquela manhã, a fase final do Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, com a
37 presença do senhor Primeiro Ministro e manifestou ali a sua satisfação pelo trabalho que
38 tinha vindo a ser feito pelo PACT, que tinha conseguido antecipar as metas do
39 planeamento que tinham feito ao nível do Conselho de Administração do PACT, para a
40 ocupação não apenas dos espaços físicos, mas também de atração das empresas e
41 informou que, naquela data, tinham mais de 60 empresas internacionais e nacionais,
42 sobretudo na área da Inovação, com uma ação muito significativa em várias áreas
43 económicas, e deu como exemplo a área da Aeronáutica onde havia uma empresa de
44 conceção que estava a conceber o primeiro avião português, e onde existiam 450 postos
45 de trabalho com a previsão de poderem subir para 550 postos de trabalho.
46

47 Informou ter promovido uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança
48 para analisarem as questões das ocupações ilegais de habitações, para verem como
49 poderiam encontrar uma estrutura que pudesse acompanhar e procurar responder àquele

1 tipo de situação, e que tinha sido criado um grupo de trabalho com várias entidades para
2 procurarem coordenar o trabalho e, na medida do possível, darem resposta.

3 Referiu que a PSP os esclareceu que tem acompanhado uma série daquelas situações e
4 que também perceberam a dificuldade muito significativa para poderem atuar face às
5 exigências legais e, portanto, esperava que pudessem acompanhar, de uma forma mais
6 próxima, e darem a resposta possível àquelas situações.

7
8 Transmitiu que tinha pedido um conjunto de reuniões com membros do Governo para
9 tratar de questões diferenciadas, e que já tinha tido uma reunião com a senhora Ministra
10 da Cultura onde tinham tratado, obviamente, das questões da Capital Europeia da Cultura
11 em particular, entre outras, nomeadamente do processo de instalação da Associação
12 Évora 2027, bem como das questões de financiamento que não estavam ainda
13 esclarecidas. Considerou que tinha sido uma reunião produtiva e que estavam à espera de
14 respostas, nomeadamente nas questões do financiamento, uma vez que havia um conjunto
15 de áreas onde aquela situação não estava definida.

16
17 Na reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, disse que tinha
18 colocado várias questões, nomeadamente sobre as infraestruturas do novo Hospital
19 Central do Alentejo e das relações com a IP sobre a linha Ferroviária, que tinha sido uma
20 boa reunião e espera também ter respostas com alguma rapidez.

21
22 Na reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Local, informou que
23 tinham abordado o problema da transferência de competências e do défice de verbas na
24 mesma, em particular na área da Educação, onde o défice com custos de pessoal, no ano
25 passado, tinha sido de mais de 700 mil euros, o que significava que, se a situação não
26 fosse reposta, poderiam chegar este ano a um défice de 1 milhão e 500 mil euros, o que
27 era um valor muito pesado para o Município de Évora e que lhes tinha afetado em
28 particular as questões de tesouraria. Informou que o senhor Secretário de Estado lhe
29 comunicou que havia várias questões de diversos Municípios sobre aquela matéria, que
30 estavam a analisar a situação em conjunto, pelo que não poderia dar uma resposta rápida
31 uma vez que era um problema de índole nacional e tinha que ter uma análise de índole
32 nacional, sendo os valores em causa muito significativos.

33
34 A reunião com a senhora Secretária de Estado da Gestão da Saúde, referiu que tinha sido
35 para tratar das questões do hospital, em que abordou as preocupações da Câmara e
36 transmitiu, como já tinha transmitido ao senhor Ministro das Infraestruturas, a
37 necessidade urgente de adequar o Protocolo que estava em vigor, mas que estava
38 desadequado face à transferência da competências das expropriações para a Câmara, e a
39 emissão da Declaração de Utilidade Pública para que a Câmara pudesse avançar com o
40 processo de expropriação, bem como a transferência dos 450 mil euros necessários para
41 eventualmente depositar, se não houver acordo dos proprietários. Informou que já tinham
42 realizado reuniões com os proprietários, mas que dificilmente chegariam a um acordo,
43 exceto os terrenos das infraestruturas de água e saneamento onde conseguiram um acordo,
44 sem a necessidade de expropriação e apenas com a definição de uma situação de serventia,
45 e, portanto, poderiam avançar.

46
47 Referiu que tinham a informação de que havia um compromisso da CCDR, em conjunto
48 com o CIMAC, de prepararem a abertura de um aviso do ciclo da água, em setembro,
49 para a questão do hospital, e por isso estavam a preparar para as próximas reuniões de
50 Câmara o lançamento, embora com algum risco, do concurso para a construção da rede

1 de abastecimento de água e saneamento, procurando antecipar, o máximo possível, os
2 tempos exigidos.

3
4 Mencionou o problema das acessibilidades que os preocupava bastante, porque era uma
5 obra pesada e que demoraria algum tempo e que tinha tido a oportunidade de falar sobre
6 aquela matéria no sentido, também, de se atualizar o protocolo, mas sobretudo de que o
7 processo das expropriações pudesse avançar, de modo a que fosse rapidamente resolvido.

8
9 **O deputado Francisco Brito**, em relação à recolha de resíduos sólidos urbanos no Centro
10 Histórico de Évora, disse que continuava a existir uma grande acumulação de lixo no
11 exterior dos contentores, muitas vezes por falta de civismo das pessoas, mas também
12 porque existia, de facto, uma recolha insuficiente e que, naquele momento, se agravava
13 com o aumento das temperaturas porque produziam odores e muitos daqueles contentores
14 estavam próximos de esplanadas, tendo um efeito negativo para a economia, pelo que
15 perguntou o que estava a Câmara a fazer para conseguir mitigar aquela situação.

16 Relativamente à limpeza dos pavimentos das arcadas perguntou se realmente existia um
17 plano para que acontecesse de facto, assim como em relação à intervenção na iluminação
18 e nos rebocos, portanto quando começaria efetivamente.

19 Sobre a questão das esplanadas no Centro Histórico disse que existiam várias situações
20 que lhes eram reportadas e da falta de entendimento com o Município, referindo que
21 existia também um regulamento para as esplanadas, que já era antigo e até os serviços já
22 tinham demonstrado a intenção de o rever, portanto perguntou se estava prevista a revisão
23 do regulamento de ocupação de espaço público, nomeadamente em relação às esplanadas.
24 Constatou que estavam a ser colocados novos parquímetros, portanto presumia que alguns
25 dos problemas existentes em relação ao estacionamento e à faturação do estacionamento
26 seriam resolvidos e sugeriu que a verba, resultante das taxas de estacionamento,
27 revertesse diretamente a favor da requalificação do espaço público no Centro Histórico
28 de Évora, nomeadamente para conseguirem adaptar o espaço público à mobilidade suave
29 que há muito que era ambicionada.

30 Perguntou qual era o valor total da dívida da Câmara Municipal de Évora à CIMAC e à
31 GESAMB.

32 Referiu ter começado a Feira de São João e perguntou qual tinha sido a metodologia de
33 atribuição do lugar para o restaurante do Partido Comunista que estava no Rossio.

34 Também sobre o Rossio, e tendo em conta que estavam a falar de uma renovação parcial
35 em que estava prevista a entrega, se não estava em erro, em março e que ainda nem sequer
36 estava concluída, perguntou se no caderno de encargos e no contrato daquela empreitada
37 estava prevista alguma indemnização para a Câmara Municipal de Évora, caso a empresa
38 não entregasse a obra atempadamente.

39 Concluiu questionando quais eram as diligências que estavam a ser tomadas pela Câmara
40 Municipal de Évora, em relação à instalação da Escola Superior de Saúde, que tinha sido
41 anunciada pelo senhor Primeiro Ministro e também que o Governo Português tinha
42 efetivado a cedência de utilização da superfície de um terreno que era do Estado para que
43 aquela Escola pudesse existir, portanto, sabendo que era fundamental que existisse o
44 planeamento daquela zona, perguntou concretamente que diligências estavam a ser
45 tomadas pela Câmara Municipal de Évora, para que a zona em que a Escola de Saúde será
46 implantada, junto ao novo Hospital, fosse devidamente planeada para absorver todo o
47 desenvolvimento inerente àquele tipo de infraestruturas e de equipamentos.

48
49 **O deputado Paulo Ribeiro** começou por sublinhar as intervenções na limpeza, higiene
50 urbana e nas ervas e, uma vez mais, reiterou que o senhor Presidente incrementasse a

1 periodicidade daquelas intervenções, porque se as fizessem ao longo do ano
2 provavelmente não teriam de as fazer tão em profundidade como as que tinham feito.
3 Referiu terem recebido duas questões, uma sobre o Lago da Malagueira, em que a zona a
4 jusante ainda não tinha sido objeto de intervenção e a outra na Rua Henrique de Meneses,
5 na Horta das Figueiras na zona junto à CP, onde estavam a grassar ervas, lixo e alguns
6 carros, que pelo elevado estado de deterioração pareciam estar abandonados, e disse que
7 aquela zona merecia de facto uma análise mais fina, uma intervenção mais cuidada.
8 Sobre segurança, disse que lhes tinham chegado diversos relatos de alguns empresários
9 locais sobre pequenos furtos e pequenos delitos no Centro Histórico, nomeadamente na
10 Rua Serpa Pinto, e assinalou aquela situação para que o senhor Presidente pudesse tratar
11 com as autoridades competentes.
12 Por último, saudou o facto de o Município ter assinado o contrato e a homologação,
13 inseridos no Programa Construir Portugal, e questionou se aquele valor de 7 milhões de
14 euros, divulgado na comunicação social, seria direcionado para a intervenção no Bairro
15 do Escurinho, ou noutra âmbito, e se já havia alguma data prevista para o início dos
16 trabalhos.

17
18 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que os temas eram sempre os mesmos, eram
19 recorrentes, e, portanto, voltou a perguntar o que estava pensado especialmente para o
20 verão, para garantirem uma maior higiene e salubridade da cidade, que era um problema
21 que reiteradamente abordavam e que no verão, obviamente por vários fatores, se agravava
22 substancialmente o que depois dava origem a uma proliferação de algumas espécies que
23 não querem e, portanto, pretendeu saber o que estava a ser feito para acautelar aquela
24 situação, de modo a que situações mais graves, que ocorreram nos últimos anos, não se
25 voltassem a verificar.

26 Relativamente ao Salão Central questionou se já haveria uma data, uma estimativa, para
27 que aquele equipamento fosse devolvido ao usufruto da cidade e dos cidadãos.

28 Sobre a questão da segurança, ou da insegurança, em algumas situações crescentes que
29 se verificavam e que já há anos se repetem, tentando novamente não passarem uma
30 imagem de alarme social, ou de maior alarmismo para a população, questionou o que o
31 Município estava a fazer para salvaguardar e acautelar aquelas situações que,
32 reiteradamente, ao longo dos anos eram ali faladas.

33
34 **O deputado Rodolfo Pereira** pretendeu saber qual era o ponto de situação sobre as
35 candidaturas das novas Extensões de Saúde, no âmbito do PRR, e sobre a limpeza dos
36 caminhos municipais disse que ainda estavam por fazer, perguntando se existia alguma
37 calendarização, ou se a breve prazo iria ser efetuada aquela limpeza, uma vez que estavam
38 em plena época de incêndios e o risco era bastante elevado.

39
40 **O deputado Paulo Ribeiro** mencionou que, face à documentação que lhes tinha sido
41 facultada, na página 44, onde constava um quadro sobre a Execução Orçamental a 31 de
42 maio de 2024, se refletiam os valores em termos de receita arrecadada e solicitou o
43 esclarecimento sobre o campo da cooperação técnica, porque no orçamento de 2023 a
44 rubrica indicava 192 mil euros e no orçamento de 2024 indicava 9 milhões e 193 mil e
45 500 euros.

46
47 **O deputado José Piteira** lembrou que a Barragem do Monte Novo, na Freguesia de
48 Nossa Senhora de Machede, tinha sido construída em 1982 e em 2003 tinha sido
49 publicado em Diário da República o Plano de Ordenamento da Albufeira do Monte Novo
50 que deveria ser revisto ao fim de 10 anos, e que nunca foi criado, ou seja, já tinham

1 passado mais de 20 desde a sua publicação, pelo que perguntou se já tinha sido revisto e
2 caso já tivesse sido revisto se mantinham todas as alterações e todas as obrigações que
3 constavam no Plano de 2003 e se a Câmara tinha alguma indicação de pôr em prática
4 algumas daquelas recomendações do plano aprovado em 2003.

5
6 **O deputado Luís Pardal** começou por expor que a Junta de Freguesia já tinha sinalizado,
7 havia já algum tempo, dois muros que estavam, aparentemente, em risco de queda, um na
8 Escola Básica do Frei Aleixo e o outro na Escola Básica do Chafariz D'El Rei, tendo na
9 Escola do Frei Aleixo já sido delimitado para as crianças não circundarem nas
10 imediações, mas na Escola do Chafariz D'El Rei ainda não, portanto, eram duas situações
11 preocupantes, pelo que perguntou se havia algum desenvolvimento sobre aquela matéria.
12 Sobre o estado de conservação do ring do Bacelo, questionou se já havia algum progresso,
13 tendo em conta a deliberação que tinha sido tomada em reunião Câmara de afetar aquele
14 equipamento a um clube da cidade, o Internacional Sport Clube, pois era um equipamento
15 que estava a degradar-se de dia para dia e que importava agir.

16 Relativamente à conservação e manutenção da Ecopista disse que a limpeza dos acessos,
17 sobretudo na malha rural, era muito urgente assim como o estado do piso que
18 praticamente era inexistente e questionou quando estaria concluída e colocada a ponte de
19 ferro da Ecopista.

20 Sobre os espaços verdes referiu que tinham uma manutenção, nomeadamente o corte de
21 relva que geralmente ocorria de uma forma regular, mas que era cada vez mais recorrente
22 verem que nas zonas cortadas com recurso ao carro à volta ficavam sempre as barbas,
23 portanto, era recorrente e um problema que se estava a agudizar.

24 Em relação aos monos, que era uma questão de limpeza sobejamente discutida, informou
25 que, nas últimas semanas, tinham aumentado drasticamente em torno dos contentores,
26 portanto, sabendo de toda a situação, da dificuldade da recolha de lixo e do abuso por
27 parte de algumas pessoas, considerou que o ónus não podia ficar só naquela argumentação
28 e que importava falarem em investimento, portanto, perguntou se o senhor Presidente da
29 Câmara ponderava priorizar aquela situação e adquirir mais algum carro para sanar as
30 dificuldades.

31 Sobre os problemas e as situações decorrentes com a IP, nomeadamente na Garraia, em
32 que senhor Presidente referiu que tinha tido uma boa reunião, questionou o que
33 significava.

34
35 **O deputado João Correia** questionou qual era a situação, por parte da Câmara Municipal
36 de Évora, em relação a uma previsibilidade para o início da construção do Pavilhão
37 Multiusos e se já existia um caderno de encargos, porque era muito necessário.

38 Acerca da limpeza e higiene referiu as questões relacionadas com as sarjetas e os detritos
39 caninos, que também eram muito frequentes, e perguntou qual a solução que poderia ser
40 apontada.

41 Pretendeu saber se havia estudos, ou levantamentos, das necessidades de limpeza e
42 desobstrução das linhas de água e das intervenções previstas a curto ou médio prazo,
43 sobretudo na parte da Ribeira da Torregela, que atravessava várias freguesias e a situação
44 era muito grave, com a aproximação do verão, causando cheiros aos moradores nos
45 bairros limítrofes.

46 Em relação à questão do Lar dos Pinheiros perguntou se já tinham orçamento ou se já
47 havia projetos de especialidade, porque até já se tinha pensado em servir para residência
48 de estudantes.

1 Sobre o problema do trânsito e dos parques de estacionamento pretendeu saber que
2 soluções, a curto e médio prazo, poderiam ser encontradas para o fluxo de trânsito que
3 está a aumentar na cidade e a falta de parques de estacionamento.

4
5 **O Presidente da Câmara Municipal**, em relação à recolha dos resíduos sólidos,
6 confirmou que tinham tido o problema dos dois feriados e de uma avaria num carro, o
7 que levou a uma acumulação de lixo, em particular na zona do Centro Histórico, mas que
8 iria ser ultrapassada nos próximos dias e o mesmo em relação às arcadas, em que estava
9 previsto que a obra avançasse, estando tudo preparado incluindo o concurso, porque
10 tinham de fazer uma intervenção recorrendo a um empreiteiro, portanto não conseguia
11 transmitir o que se previa.

12 Relativamente às esplanadas referiu que era recorrente a questão dos promotores
13 quererem mais espaços e de a Câmara querer limitar os espaços, sendo que os promotores
14 tinham que garantir a limpeza das esplanadas o que nem sempre acontecia, mas em
15 relação a outro tipo de questões disse que não lhe tinha chegado nenhuma proposta, até
16 àquele momento.

17
18 Salientou que, finalmente, tinham conseguido avançar com a colocação dos novos
19 parquímetros depois de ter havido uma contestação de uma empresa que perdeu em
20 tribunal.

21
22 Sobre as verbas para o espaço público disse que estavam a ser aplicadas e que
23 orçamentalmente não havia a possibilidade de consignação, mas que estavam a procurar
24 responder também àquela área.

25
26 Esclareceu que para a Feira de São João todos os partidos e forças políticas tinham feito
27 os seus pedidos, sendo respondidos de acordo, como era hábito, com o que constava no
28 respetivo edital.

29
30 Acerca da obra do Rossio referiu que não tinha atrasos muito significativos, tendo em
31 conta algumas dificuldades que tinham surgido, que tinham conseguido concluir o que
32 estava previsto até ao início da Feira e presentemente a obra continuava na zona até à
33 estação ferroviária e para a outra zona estava garantido o financiamento da obra através
34 do PT2020, portanto, não havia problema de maior.

35
36 Em relação à Escola de Saúde informou que a Câmara tinha tomado a iniciativa de
37 garantir, em primeiro lugar, que o Plano Diretor Municipal respondesse àquela questão,
38 que ficou salvaguardada, e que foi transmitida à Universidade a disponibilidade do
39 terreno, para que pudesse avançar com a construção da escola.

40
41 Sobre as questões do hospital alertou que teriam de ser, obviamente, consideradas no
42 âmbito da revisão do Plano de Urbanização e com cuidado para as pressões que iriam
43 ocorrer, naturalmente, para a urbanização daquele terreno e, portanto, tinha de haver um
44 cuidado com aquela situação.

45
46 Relativamente às questões de segurança, transmitiu que têm procurado dar resposta,
47 juntamente com a PSP, que tem realizado intervenções e lhes tem facultado os números,
48 e que se continuava a registar a pequena criminalidade, embora nalgumas áreas houvesse
49 alguns aumentos e noutras áreas algumas reduções, que pontualmente tinham situações
50 preocupantes e que a PSP tem estado a acompanhar e o que lhes era transmitido, pela

1 PSP, era que havia uma diferença entre a sensação de insegurança e a segurança porque
2 surgiram muitas notícias de situações que, depois na prática, não tinham ocorrido, mas
3 têm estado a procurar identificar sobretudo os fenómenos novos que poderiam ocorrer.
4

5 Em relação ao PLH confirmou que se tinham candidatado, até àquele momento, a cerca
6 de 53 milhões de euros no total das candidaturas, em que cerca de 3 milhões de euros já
7 estavam concluídos ou em fase de conclusão, que 7 milhões de euros já estavam assinados
8 para a reabilitação de casas da Habévora, em particular no Bairro General Humberto
9 Delgado, para algumas casas particulares, de candidaturas de famílias que apoiam, e
10 também para um projeto da Santa Casa da Misericórdia, e 9 milhões de euros para a obra
11 do hospital.
12

13 Realçou que, finalmente, o Salão Central já tinha o PT a funcionar e que estavam a ser
14 realizados os respetivos testes e que gostariam de o abrir no início do mês de julho.
15

16 Sobre as novas extensões de saúde mencionou ter sido um dos assuntos que tinha tratado
17 exatamente com a senhora Secretária de Estado e que lhe confirmou que, da parte da
18 Câmara, o plano que tinham proposto, de lançar duas extensões neste ano e três no
19 próximo ano, se mantinha, sendo que havia uma questão com a extensão de saúde de São
20 Miguel de Machede, que iriam acertar com a Junta de Freguesia.
21

22 Referiu que a limpeza dos Caminhos Municipais era, de facto, um problema porque, para
23 além de haver dificuldades com as empresas, este ano tinha sido completamente atípico
24 e, portanto, iria ser muito difícil garantir aquela deservagem, principalmente naquelas
25 áreas, mas estavam a procurar dar alguma resposta.
26

27 Acerca do ordenamento da Albufeira do Monte Novo disse que pensava não ter havido
28 nenhuma revisão do Plano de Ordenamento e que o fundamental era cumprir o plano mais
29 do que revê-lo, mas iria saber como estava a situação e quais eram as responsabilidades
30 das várias entidades, ao nível do mesmo.
31

32 Comunicou que a situação do Polidesportivo do Bacelo estava em andamento.
33

34 Em relação à Ecopista transmitiu que o projeto da CIMAC não tinha perspetivas de
35 avançar, portanto, iriam ter que repensar aquela situação e, provavelmente, teria de ser a
36 Câmara a executar.
37

38 Sobre a ponte de ferro confirmou que já estava adjudicada e que seria instalada nos
39 próximos tempos.
40

41 Quanto à questão do lixo, em torno dos contentores, considerou que iriam precisar de
42 equipamentos, mas também tinham que encontrar outras soluções porque estava a
43 aumentar o incumprimento, ou seja, toda a gente despejava tudo, por todo o lado, e já
44 tinham procurado uma solução, via fiscalização, mas se as pessoas não fossem apanhadas
45 em flagrante seria difícil responsabilizá-las.
46

47 Relativamente à construção do Pavilhão Multiusos comunicou que estava a ser terminado
48 o estudo, que iria permitir o lançamento do projeto de concessão-construção e esperava
49 que, dentro de 2 ou 3 meses, pudessem discutir o projeto e lançar o processo de concessão-
50 construção, mas o problema era que ainda não tinham garantido o financiamento, tendo

1 sido uma das questões abordadas com o senhor Ministro das Infraestruturas e com a
2 senhora Ministra da Cultura.

3
4 Acerca da questão das linhas de águas e dos cheiros, lembrou que o principal problema
5 tinha muito a ver com um conjunto de despejos e de ligações ilegais às linhas de água,
6 que têm sido detetados, em que não era fácil identificar a sua origem e, sobretudo, dar
7 resposta, pelo que têm procurado fazer alguma limpeza e desobstrução.

8
9 Concluindo, sobre o Lar dos Pinheiros, o **Presidente da Câmara Municipal** informou
10 que o projeto de execução estava pronto para ser apresentado na próxima reunião de
11 Câmara para aprovação e para ser lançado o concurso, mas que o valor seria superior ao
12 que tinham inicialmente considerado, seria de 1 milhão e 700 mil euros, porque um centro
13 de alojamento temporário tinha um conjunto de exigências técnicas que obrigaram ao
14 aumento do valor.

15
16 **O deputado Francisco Brito** referiu que não tinha tido resposta sobre a questão do
17 volume da dívida à CIMAC e à GESAMB e em relação à Feira de São João disse que a
18 questão tinha a ver com uma atividade concorrencial com a instalação de um restaurante;
19 que era uma atividade de criação de capital, como tinha sido a metodologia de atribuição
20 e se realmente tinha sido por concurso ou por atribuição direta, e se efetivamente tinha
21 havido igualdade para todos os participantes.

22
23 **O deputado Luís Pardal**, sobre a questão da IP, que era muito importante, lembrou
24 que, em dezembro do ano passado, já tinha sido dado o sinal e depois em janeiro arrancou
25 o processo do estudo sobre a construção de uma nova passagem superior e, como o senhor
26 Presidente tinha reunido com o atual Governo e disse que tinha sido uma boa reunião,
27 questionou o que isso significava.

28
29 **O Presidente da Câmara Municipal** relativamente à dívida à CIMAC, informou que a
30 Câmara tinha uma dívida vencida de 560 mil euros e que se não estava já paga seria paga
31 dentro de 1 ou 2 dias.

32
33 Quanto à GESAMB confessou que não tinha presente o valor, mas que as dívidas
34 vencidas estavam salvaguardadas, estando a decorrer a dívida habitual.

35
36 Relativamente ao restaurante do PCP disse que tinha sido atribuído de acordo com o que
37 estava no edital para os partidos e forças políticas e, como já tinha dito, não houve ali
38 uma equiparação daquela situação à ação do restaurante, até porque havia espaços
39 sobrantes em relação à área dos restaurantes e não houve aquele tipo de questão, portanto,
40 foi atribuído com base naquilo que estava definido no edital.

41
42 Quanto à questão da IP informou que tinha pedido ao senhor Ministro das Infraestruturas
43 para que intercedesse junto da IP, para que o Protocolo fosse, finalmente, assinado e para
44 que o Município recebesse a verba, como tinha sido combinado, para intervir nas estradas,
45 ou seja, tinha pedido ao senhor Ministro para, junto da IP, garantir que aquela situação
46 não se arrastasse e o senhor Ministro afirmou que iria diligenciar naquele sentido.

47
48 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 2.

1 **2. Alteração à Estratégia Local de Habitação de Évora 2020/2026 |**
2 **Desenvolvimento de Novas Soluções Habitacionais 2024/2029.**

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

5
6 **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que aquela alteração tinha a ver com a
7 atualização das necessidades de habitação, uma vez que já estavam desatualizadas, e
8 aumentaram substancialmente, e com a inclusão de uma nova entidade que poderia vir a
9 ser parceira e beneficiar dos apoios, no âmbito do PLH, e que tinham todo o interesse,
10 naturalmente, em que se pudesse associar.

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e não
13 verificando pedidos de intervenção, submeteu a presente Estratégia Local de Habitação
14 de Évora 2020/2026 | Desenvolvimento de Novas Soluções Habitacionais 2024/2029, a
15 votação.

16
17 **Deliberação da Estratégia Local de Habitação de Évora 2020/2026 |**
18 **Desenvolvimento de Novas Soluções Habitacionais 2024/2029:**

19 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 3.

22
23 **3. Edital do Programa Casa Caiada | Centro Histórico e Bairro da**
24 **Malagueira.**

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

27
28 **O Presidente da Câmara Municipal** lembrou que o Programa Casa Caiada abrangia
29 o Centro Histórico e que os vereadores do PSD na reunião de Câmara propuseram a
30 possibilidade de criação de um programa que também abrangesse o Bairro da Malagueira,
31 o que lhes pareceu correto e que foi aprovado por unanimidade, portanto, em termos
32 práticos o que pretendiam era alargar aquele programa.

33
34 **O deputado Francisco Brito** solicitou ao senhor Presidente da Câmara a informação de
35 qual era a dotação orçamental para aquele programa.

36
37 **O Presidente da Câmara Municipal** informou que, infelizmente, não tem havido uma
38 procura muito significativa naquela área, nem no programa de melhoria das condições de
39 habitabilidade e era importante perceberem porquê, seria por as pessoas terem primeiro
40 de efetuar a despesa e depois a Câmara participava, portanto, podiam haver
41 dificuldades por parte das pessoas, e a contratação pública coloca impedimentos à
42 realização de adiantamentos, mas iriam ver se conseguiam ultrapassar aquela questão e
43 que, quanto à dotação orçamental referiu ser relativamente baixa, mas admitiam o seu
44 reforço para responderem a todos os pedidos que surgissem.

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e do
47 eleito e não verificando mais pedidos, submeteu o presente Edital do Programa Casa
48 Caiada | Centro Histórico e Bairro da Malagueira, a votação.

1 **Deliberação do Edital do Programa Casa Caiada | Centro Histórico e Bairro da**
2 **Malagueira:**

3 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

6
7 **4. Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de**
8 **Direção Intermédia de 3º Grau | Coordenador da Unidade de**
9 **Planeamento, Auditoria e Modernização.**

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

12
13 **O Presidente da Câmara Municipal** referiu que a Unidade de Planeamento, Auditoria
14 e Modernização já há algum tempo tinha ficado sem a sua coordenadora, que tinha saído
15 da Câmara no processo de mobilidade e, portanto, tinham que abrir o concurso para
16 prover aquele cargo e o que se propunha era a Constituição do Júri.

17
18 **O deputado Natanael Vinha** perguntou em que data tinha saído em mobilidade a anterior
19 senhora diretora daquele departamento.

20
21 **O Presidente da Câmara Municipal** disse não ter presente a data exata, mas que pensava
22 ter sido em final de 2022 ou talvez no início de 2023.

23
24 **O deputado Natanael Vinha** considerou que aquele departamento era muito importante
25 na Câmara, como era facilmente comprovado pelas ocorrências que têm referido por
26 diversas vezes e, sendo em dezembro de 2022 ou em janeiro de 2023, tinham passado
27 nada mais nada menos do que 18 meses desde que aquele serviço não funcionava, ou seja,
28 sensivelmente 1/3 do mandato municipal, destacando ser grave aquela ausência de serviço
29 e de trabalho naquela área, devidamente referida no relatório da ROC acerca das contas
30 da Câmara.

31
32 **O Presidente da Câmara Municipal** realçou que a saída da coordenadora da unidade
33 não significou que o trabalho tivesse deixado de ser feito e que, entretanto, tinha sido
34 nomeada uma outra coordenadora que estava a desenvolver o seu trabalho e,
35 naturalmente, que procuravam, de acordo com a lei, dar seguimento aquela situação.

36
37 Confirmou que, de facto, têm tido dificuldade em encontrar quadros técnicos daquela área
38 que conseguissem responder às três áreas distintas, que compõem aquela unidade e, por
39 isso, têm recorrido também à colaboração de outras unidades da Câmara para darem as
40 respostas, e reconheceu que aquela Unidade tem tido dificuldades de funcionamento,
41 sobretudo por falta de pessoal técnico, deixando ali uma nota de congratulação pelo
42 trabalho excecional que a coordenadora da unidade tem vindo a fazer, que considerou de
43 grande importância para as áreas do Planeamento e da Modernização em particular, e na
44 área da Auditoria têm feito auditorias, inclusivamente auditorias externas, para
45 procurarem clarificar algumas das ocorrências referidas.

46
47 **O deputado Gonçalo Costa** reiterou que em várias Assembleias Municipais tinha
48 abordado o tema dos recursos humanos porque sentia e presenciava que, paulatinamente,
49 havia uma saída de técnicos altamente qualificados do Município, por terem concorrido
50 legitimamente a outros processos de mobilidade, e perguntou ao senhor Presidente da

1 Câmara Municipal se aquelas saídas não eram preocupantes, uma vez que reconheceu a
2 dificuldade por vezes em recrutar, e se aquele fluxo, com alguma representatividade e
3 expressão, de técnicos altamente qualificados e experientes do Município não
4 representava um desafio e uma dificuldade para o Município e se não achava estranho
5 que pessoas altamente qualificadas e nos quadros da Câmara há vários anos sentissem
6 aquele desejo de obter experiências novas porque geralmente quando as pessoas são
7 acarinhadas e se sentem bem, estimuladas, reconhecidas e valorizadas a norma era
8 ficarem no seu local de trabalho, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara
9 sobre há quanto tempo estava aquela coordenadora nomeada e se o prazo legal para a
10 abertura do concurso, porque eram 90 dias o prazo para estar nomeado em regime de
11 substituição, tinha sido cumprido ou se estava há mais tempo, portanto se estava numa
12 situação de ilegalidade.

13
14 **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que no conjunto de saídas de técnicos
15 superiores a maioria tinha sido pela reforma e não por outra via, o que, a seu ver, era
16 normal sobretudo quando havia organismos da Administração Central que tinham,
17 naquele momento, capacidade para oferecer valores que, infelizmente, as autarquias
18 locais não podiam e deu como exemplo a Autoridade Tributária que podia oferecer
19 valores maiores, a Universidade podia oferecer valores maiores e era natural que alguns
20 técnicos da Câmara quisessem receber mais e que isso poderia acontecer noutras
21 circunstâncias.

22
23 Admitiu que algum pudesse ter saído porque não se sentiu reconhecido, por alguma razão,
24 mas não era essa informação que tinha porque falou com todos aqueles que saíram do
25 Município, incluindo os que foram para a reforma, e não foi isso que lhe transmitiram,
26 foram, de facto, à procura de melhores condições, nomeadamente em termos
27 remuneratórios, e a possibilidade de evolução em termos de carreira, porque era um
28 problema que as autarquias locais tinham e continuariam a ter, se se mantivesse aquela
29 discrepância nos níveis remuneratórios.

30
31 Realçou que, também, tinham recrutado técnicos superiores quer por mobilidade, vindos
32 de outras instituições, quer por concurso e considerou que tinha havido aquela
33 compensação embora houvesse áreas onde gostariam de ter mais técnicos superiores, mas
34 que não tinham um problema àquele nível, embora, de facto, pudessem vir a ter com
35 aquela diferença de salários porque o pedido de mobilidade era fácil e, portanto, mesmo
36 que gostasse de ficar com um técnico nunca se oporia à sua saída, para poder ganhar uma
37 remuneração superior.

38
39 **O deputado Gonçalo Costa** concluiu que se estava nomeada dentro do prazo e o
40 concurso tinha sido aberto dentro do prazo respetivo, significava que tinha estado pelo
41 menos um ano sem ninguém naquelas funções, sem coordenadora, portanto, as funções
42 tinham sido regularmente asseguradas sem coordenação.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos
45 eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Constituição de Júri para
46 Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau | Coordenador da
47 Unidade de Planeamento, Auditoria e Modernização, a votação.

1 **Deliberação da Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de**
2 **Direção Intermédia de 3º Grau | Coordenador da Unidade de Planeamento, Auditoria**
3 **e Modernização:**

4 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 5.

7
8 **5. Prestação de Contas Consolidadas 2023.**

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

11
12 **O Presidente da Câmara** informou que a Conta Consolidada tinha a ver com uma
13 alteração nova, apesar de não introduzir alterações substanciais nas contas, em relação ao
14 MARÉ, o Mercado Abastecedor da Região de Évora, por ter passado à qualificação de
15 associada, de acordo com a legislação em vigor, pelo que foi aplicado o método da
16 equivalência patrimonial para que aquela consolidação fosse efetuada, sendo que a
17 Habévora e o MARÉ tinham resultados positivos, o que significava que não tendo havido
18 alterações substanciais nas contas do município, ainda assim as contas do grupo
19 municipal melhoraram relativamente àquelas que eram apenas as do Município.

20
21 Salientou que o MARÉ tem um papel importante, pela sua atividade de desenvolvimento
22 da região e pelo impacto positivo, tendo vindo a melhorar a sua resposta e também os
23 resultados, portanto, era com satisfação que viam aquela evolução positiva do MARÉ.

24
25 Em relação à Habévora recordou que já estavam em curso as respostas habitacionais, que
26 para além da resposta social, procuram também criar parcerias com outras entidades, em
27 particular uma delas que estava em curso, para um alojamento de trabalhadores de uma
28 empresa, de forma a sondarem se seria uma boa solução.

29
30 Sobre a oferta das habitações que ficam vagas informou que, em vez de realizarem um
31 concurso para cada uma delas, optaram por criar um concurso geral com uma listagem
32 global e, portanto, assim que uma habitação ficava vaga, e estando em condições, seria,
33 de imediato, entregue a quem estava na lista.

34
35 Recordou que a Habévora tinha o problema da especificidade de ser uma empresa de
36 habitação social, que por definição dava prejuízo e que aquele prejuízo tinha de ser
37 compensado, ou deveria ser compensado, com entradas por parte de entidades públicas,
38 da Câmara naturalmente, e por isso também têm procurado que a Habévora não tivesse
39 apenas a gestão da habitação, mas que pudesse ter também alguma outra gestão que
40 permitisse colmatar aquele problema.

41
42 Informou que durante o ano passado se tinha consolidado a equiparação e o ajustamento
43 remuneratório das carreiras dos trabalhadores da Habévora aos do Município, para haver
44 uma igualdade que não existia e que tinha sido assinado um Acordo Coletivo de Trabalho
45 com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, que estava a ser aplicado.

46
47 **O Presidente da Câmara** concluiu referindo que o enquadramento, relativamente ao ano
48 de 2023, também se tinha refletido naquelas empresas, com o aumento de custos e com
49 os problemas que daí decorreram, mas que o grupo municipal apresentava as contas

1 positivas, o que era importante considerando a contribuição para a resposta a problemas
2 sociais e ao desenvolvimento do concelho.

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** disse que coerentemente com o que tinha sido a posição da
5 sua bancada municipal, relativamente à Prestação de Contas do Município, informou que
6 o sentido de voto se manteria, uma vez que as contas do município e o relatório não
7 tinham sofrido alterações, apenas acrescentou as contas do Maré e da Habévora, que não
8 merecem grandes considerações, e uma vez que as incongruências, as faltas e as lacunas,
9 que tinham sido identificadas no Relatório do Revisor Oficial de Contas, não tinham sido
10 ultrapassadas, nem tinha sido prestada nenhuma informação adicional, de acordo com o
11 que tinha sido o compromisso assumido, o sentido de voto iria manter-se com o voto
12 contra.

13
14 **O deputado António Carriço**, em relação ao Relatório de Revisão das Demonstrações
15 Financeiras, que a equipa da Revisora Oficial de Contas produziu, disse que, de facto, se
16 observavam, de uma forma mais ou menos repetida, expressões como incorreção e
17 práticas reiteradas, que surgiam ao longo do relatório e que deixavam algumas dúvidas
18 relativamente à expressão e àquilo que queriam dizer, assim como a insistência de
19 mecanismos de controlo interno, e que já em anteriores aquela questão tinha sido
20 levantada, assim como a inexistência de faturação eletrónica, de acordo com a legislação,
21 não ser uma prática.

22
23 **O Presidente da Câmara** recordou que aquelas referências feitas já tinham sido
24 comentadas, relativamente à Prestação de Contas do Município em que tinha tido a
25 oportunidade de responder àquelas situações e, portanto, remetia para as respostas que
26 deu na altura.

27
28 Relembrou um ou dois parágrafos do Relatório da Revisora Oficial de Contas em que
29 dava um parecer globalmente positivo às contas, e fazendo aqueles alertas de facto, mas
30 tinha tido a oportunidade de transmitir que um conjunto daquelas situações, entretanto já
31 tinha sido ultrapassado pelo Município, mas, de qualquer maneira, estavam a falar da
32 Prestação de Contas não da Conta Consolidada.

33
34 **O deputado Paulo Ribeiro** informou que o Movimento Cuidar de Évora iria manter as
35 recomendações que têm deixado ao longo do mandato, reiterando as suas preocupações
36 e, por conseguinte, iriam manter também o sentido de voto.

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos
39 deputados e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Prestação de Contas
40 Consolidadas 2023, a votação.

41
42 **Deliberação da Prestação de Contas Consolidadas 2023:**

43 Foram apreciadas, tendo merecido a seguinte votação: 12 votos contra do PS, 8
44 abstenções (3 do MCE, 4 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do Chega) e 9 votos a
45 favor (7 da CDU, 1 do MMPI e 1 do MICAZA), verificando-se 29 presenças.

46
47 **O deputado João Correia apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

48 *“Começamos por enfatizar o importante momento da Prestação de Contas Consolidadas*
49 *do Município no âmbito das competências deste órgão autárquico, e a qualidade do*

1 *conteúdo técnico dos documentos que nos foram apresentados que não nos oferecem*
2 *qualquer dúvida ou questão.*
3 *Por conseguinte, endereçamos uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pelos*
4 *técnicos da Câmara e também pelo trabalho desenvolvido pela ROC, sendo que*
5 *acompanhamos as precauções, reservas e preocupações apresentadas pela Revisora*
6 *Oficial de Contas, em sede de Certificação Legal das Contas do Município, destacando*
7 *a impossibilidade desta ter feito o seu trabalho de forma plena por manifesta falta de*
8 *informação do Estado (competências na área da educação) e do Município que não foi*
9 *capaz de suprir falhas de controlo e gestão em tempo útil.*
10 *Num plano estritamente político aproveitamos, neste momento tão importante para as*
11 *competências desta Assembleia Municipal, para reiterar as nossas preocupações,*
12 *nomeadamente, com o caminho que está a ser trilhado, ao nível da saúde financeira do*
13 *Município.*
14 *Expressamos as nossas preocupações, sempre coadjuvadas com as nossas propostas,*
15 *pois esta é a forma com que o MCE tem norteadado a sua ação e intervenção política, desde*
16 *2021, com um único propósito, servir melhor os eborenses.*
17 *Sobre os níveis de execução do orçamento municipal fazemos denotar duas*
18 *preocupações:*
19 *. Devemos delinear estratégias para que a Receita conheça um incremento significativo,*
20 *não podemos continuar a ter uma execução da receita tão baixa, face aos compromissos*
21 *orçamentados;*
22 *. Devemos incrementar a taxa de execução do orçamento, sabendo que para isso é*
23 *necessário o cumprimento da primeira premissa, mas também, uma verdadeira aposta*
24 *numa política de gestão e controlo pela qualidade, no Município.*
25 *O MCE tem pugnado, ao longo destes quase 3 anos de mandato, pela necessidade de*
26 *mudança de paradigma na gestão municipal que conduza a uma redução da despesa,*
27 *mudança de prioridades, controlo de qualidade e eficiência dos serviços e de incremento*
28 *da receita.*
29 *A urgente intervenção nos dois quadrantes do orçamento, receita e despesa, contribuirá*
30 *de forma indelével, para uma melhoria das condições financeiras do Município, a par da*
31 *urgente introdução de medidas de qualidade e gestão.*
32 *A análise às contas consolidadas do Município, corporiza diversas preocupações: A*
33 *Câmara debate-se com sérios problemas de tesouraria, não há controlo de despesa, nem*
34 *de receita, com o mais recente empréstimo de 3Milhões, reduzimos a nossa capacidade*
35 *de endividamento para pouco mais de 1M de euros, os resultados negativos continuam a*
36 *acumular-se, mas em 2023 de uma forma muito preocupante com um aumento de quase*
37 *4Milhões negativos, lançando os resultados negativos do Município para 94 milhões de*
38 *euros, aproximando-nos perigosamente do caminho de falência técnica em que, há uns*
39 *anos atrás, nos deixou o executivo liderado pelo PS.*
40 *Após análise detalhada dos documentos de contas de 2023, e sobretudo tendo em mente*
41 *o círculo virtuoso que estamos a iniciar, com a Capital Europeia da Cultura, a*
42 *construção do novo Hospital do Alentejo Central, o Plano Local de Habitação, o PRR, e*
43 *o Portugal 2030, consideramos que a gestão das contas do Município em 2023, derrapou,*
44 *muito significativamente, face a 2021 e 2022.*
45 *Desde a primeira hora, assumidamente, constituímos-nos como uma oposição construtiva*
46 *e responsável, e nunca como uma força que obstaculize o funcionamento da Câmara*
47 *Municipal, contudo o ano de 2023 revela que o caminho traçado pelo executivo CDU,*
48 *foi errado e compromete seriamente o futuro do concelho.*

1 *Por conseguinte, manteremos o sentido de voto que apresentámos no Orçamento de 2023,*
2 *e demarcando-nos das opções de gestão adotadas em 2023, em virtude do exposto iremos*
3 *abster nos.*

4 *Na certeza, porém, caso não exista uma clara inversão destes resultados o MCE*
5 *compreenderá que o Executivo CDU, não foi capaz de responder aos desafios que teve*
6 *em mãos neste mandato.*

7 *Apesar da oposição em geral, ter sido suficientemente responsável para não impedir o*
8 *funcionamento do Município e permitir a concretização dos superiores desígnios da*
9 *nossa cidade, os quais acompanharemos de perto.*

10 *Évora e os Eborenses sabem que podem contar com o MCE, pois só a eles respondemos.”*

11
12 **A deputada Elmina Lopes apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

13 *“Numa década a gestão CDU no município arregaçou as mangas e enfrentou os desafios,*
14 *encontrou soluções e trouxe-nos aos dias de hoje.*

15 *Agora, depois de uma caminhada intensa e de uma obra imensa que salta à vista,*
16 *lamentamos que haja forças da oposição que procuram tirar dividendos políticos com a*
17 *aproximação do final do mandato.*

18 *As contas da Câmara estão em ordem, havendo que acrescentar o facto de as Contas*
19 *Consolidadas melhorarem os indicadores económicos e financeiros, já de si positivos da*
20 *Prestação de Contas do Município. Não há qualquer justificação para serem*
21 *contestadas.*

22 *A CDU reafirma a sua confiança no executivo da Câmara Municipal, que procura levar*
23 *à prática, contra as adversidades, o programa apresentado aos eborenses e apresenta a*
24 *sua apreciação favorável à prestação de contas consolidadas de 2023.”*

25
26 **O deputado Gonçalo Costa apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

27 *“O Partido Socialista de Évora desde o início deste mandato autárquico sempre pautou*
28 *a sua intervenção e atuação com enorme sentido de compromisso e responsabilidade*
29 *para com os Eborenses e para com o Município, deste modo ao contrário de outras forças*
30 *políticas assumimos a liderança da oposição de forma construtiva apresentando*
31 *propostas com vista à resolução dos problemas com que Évora se debate há vários anos*
32 *e medidas com vista a melhorar a qualidade de vida dos Eborenses, para além disso*
33 *apesar dos últimos três orçamentos da CDU estarem muito longe daquilo que o PS*
34 *considera serem as linhas do seu projeto político para o desenvolvimento*
35 *socioeconómico do Concelho viabilizámos através da abstenção esses instrumentos de*
36 *gestão de forma a não bloquear os investimentos em curso no Concelho nem dar à CDU*
37 *a desculpa perfeita para justificar a letargia e abandono a que nos tem coletivamente*
38 *condenado. A CDU ganhou há 11 anos atrás as eleições para a Câmara Municipal de*
39 *Évora apresentando-se a votos como sendo capaz de resolver todos os problemas do*
40 *Município e colocar Évora de novo no caminho do desenvolvimento, infelizmente o que*
41 *temos assistido ao longo destes anos é ao lento e penoso definhar do Concelho sempre*
42 *com a invocação da desculpa da dívida herdada e que ao fim destes anos todos por*
43 *incompetência própria, sua, ainda continuamos a ouvir. o Município de Évora tem*
44 *apenas conseguido aproveitar de forma residual os milhões de euros dos vários*
45 *instrumentos financeiros à sua disposição nomeadamente do PT2020, do PRR, do*
46 *PT2030 ao contrário da grande maioria dos restantes Municípios do País que têm sabido*
47 *aproveitar estas oportunidades, mas a culpa para essa procrastinação é sempre dos*
48 *governos em funções. O nível da gestão autárquica tem vindo a degradar-se ao longo*
49 *dos últimos exercícios contabilísticos muito em parte devido à saída de vários*
50 *profissionais qualificados que o Município não tem sabido acarinhar. O Partido*

1 *Socialista vota desfavoravelmente estas Contas Consolidadas pois considera que o*
2 *conjunto de insuficiências, lacunas e reservas que foram identificadas no Parecer da*
3 *Revisora Oficial de Contas não permitem de forma consciente viabilizar o documento”.*
4

5 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início
6 ao segundo período de intervenção do público, questionando se alguém pretendia intervir,
7 tendo-se verificado os seguintes pedidos.
8

9 O Munícipe Fernando Duarte informou ser funcionário da Igreja do Espírito Santo, em
10 Évora, e disse que, no passado dia 15 de maio de 2023, apresentaram um pedido ao senhor
11 Vereador do Pelouro, da Cultura da Câmara Municipal de Évora, para que se procedesse
12 à autonomização da Igreja do Espírito Santo no mapa da Cidade de Évora e que até à
13 presente data ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta, por isso estava ali para ser
14 esclarecido sobre aquela possibilidade.
15

16 **O Presidente da Câmara** referiu que, tendo sido feito aquele pedido, seria considerado
17 e respondido em tempo oportuno.
18

19 O Munícipe Fernando Duarte lamentou que, passado um ano, ainda não tivessem tido
20 qualquer resposta por parte do Vereador do Pelouro da Cultura, ou da própria Câmara
21 Municipal de Évora, porque era em prol da cultura da cidade.
22

23 **O Presidente da Câmara** solicitou que lhe fosse enviado o pedido efetuado à Câmara,
24 para poder ver quando tinha dado entrada e qual o processo para dar resposta àquela
25 questão.
26

27 O Munícipe Fernando Duarte informou que o pedido tinha sido realizado no dia 15 de
28 janeiro de 2023, por correio eletrónico.
29

30 **O deputado Gonçalo Costa** questionou se era normal e recorrente aqueles pedidos
31 ficarem 1 ano e meio sem terem uma resposta ou uma comunicação, informando que o
32 processo estava a ser analisado, portanto, se era normal um cidadão eborense ficar sem
33 uma resposta a um pedido efetuado à Autarquia e perguntou qual era o prazo médio de
34 resposta da Câmara Municipal a solicitações.
35

36 **O deputado Francisco Brito** solicitou que a Câmara Municipal considerasse todos os
37 pedidos que lhe chegavam, especialmente os de instituições da cidade, pela importância
38 que têm, não só para a Cultura, mas também para o Turismo, até porque existindo uma
39 Divisão de Cultura conseguiria facilmente tratar daquela questão.
40

41 **O Presidente da Câmara** disse que, obviamente, aquele tipo de pedidos não ficava, ou
42 não deveria ficar, aquele tempo à espera e considerou estranho que, havendo uma relação
43 normal com as paróquias e com a igreja, aquela questão não tivesse sido colocada
44 diretamente, mas que iria verificar o que se tinha passado para poder dar uma resposta.
45

46 Verificando não haver mais pedidos, por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
47 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.
48

49 **APROVAÇÃO EM MINUTA**
50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a ata em minuta iria ser lida pela
2 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

3
4 “Aos 21 dias do mês de junho de 2024 pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu em sessão
5 ordinária a Assembleia Municipal de Évora no Palácio D. Manuel, tendo deliberado o
6 seguinte: foi aprovado por unanimidade a Alteração à Estratégia Local de Habitação de
7 Évora 2020/2026 | Desenvolvimento de Novas Soluções Habitacionais 2024/2029; foi
8 aprovado por unanimidade o Edital do Programa Casa Caiada | Centro Histórico e
9 Bairro da Malagueira; foi aprovado por unanimidade a Constituição de Júri para
10 Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau | Coordenador
11 da Unidade de Planeamento, Auditoria e Modernização; foi rejeitado por maioria os
12 documentos referentes à prestação de Contas Consolidado 2023 com 12 votos contra do
13 PS, 8 abstenções (3 do MCE, 4 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do Chega) e 9
14 votos a favor (7 da CDU, 1 do MMPI e 1 do MICAZA), verificando-se 29 presenças.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a ata em minuta.

17
18 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
19 as deliberações tomadas da presente ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
20 nº 75/2013, de 12 de setembro.

21
22 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
23 terminada a Sessão pelas zero horas e vinte minutos do dia seguinte, da qual para constar
24 se elaborou a presente ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

25
26 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

27
28
29
30
31 _____
32 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

33
34
35 O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

36
37
38 _____
39 *Luís Pardal*

Maria da Nazaré Lança